

SOBRE AS ORIGENS DA DIOCESE DO PORTO NA ALTA IDADE MÉDIA. UMA REFLEXÃO SOBRE O *PAROCHIALE SUEVORUM* E A DIOCESE DE *MAGNETO/MEINEDO* (SÉCS. VI-VII)

Francesco Renzi

CEHR – UCP

frenzi@porto.ucp.pt

Andrea Mariani

CITCEM – UP

andrea.mariani@museobiassono.it

ABSTRACT

Traditionally, scholars considered *Magneto/Meinedo* as the originary See of Porto/*Portucale* in the 6th century. This conclusion grounds mainly on two sources: the *Parochiale Suevorum* and the acts of the II Council of Braga, where among the subscribers appears a «Viator Magnetensis ecclesiae episcopus». The analysis of the sources in their historical context and chronology show, however, a more complex and contradictory panorama. In this work, we will try to examine the different interpretations elaborated by scholars and to propose a reflection on both the *Parochiale Suevorum* and the relations between Meinedo and Porto between the Late Antiquity and the High Middle Ages. In order to achieve these objectives, we will first introduce the historiographical outcomes on this specific theme. Second, we will analyse and compare historiographical data to the information contained in both written sources and archaeological materials. Finally, we will advance some possible hypotheses to interpret the eventual connection between these two dioceses.

Keywords: *Magneto/Meinedo*; Porto/*Portucale*; Suevic Kingdom; *Parochiale Suevorum*; 6th century.

RESUMO

A historiografia tradicionalmente considerou *Magneto/Meinedo* como a sede originária da diocese do Porto/*Portucale* no VI século. Esta conclusão é baseada principalmente em duas fontes: o *Parochiale Suevorum* e as atas do II Concílio de Braga, onde entre os *subscriptores* aparece um «Viator Magnetensis ecclesiae episcopus». A análise das fontes, do contexto histórico e das cronologias mostra, contudo, um panorama mais complexo e muito contraditório. Neste trabalho tentaremos examinar as várias interpretações avançadas pela historiografia e propor uma reflexão sobre o *Parochiale Suevorum* e as relações entre Meinedo e Porto entre a Tardo-Antiguidade e a Alta Idade Média. Para alcançar estes objetivos vamos primeiro apresentar os dados da historiografia sobre este tema, e num segundo momento analisaremos comparativamente as informações contidas nas fontes e nos materiais arqueológicos. Por último, avançaremos algumas possíveis hipóteses para interpretar a eventual ligação entre as duas dioceses.

Palavras chave: *Magneto/Meinedo*; Porto/*Portucale*; Reino Suevo; *Parochiale Suevorum*; século VI.

1. INTRODUÇÃO¹

A historiografia tradicional considera *Magneto/Meinedo* (atual freguesia do concelho de Lou-sada) como sede originária da diocese do Porto no VI século. Esta conclusão é baseada principalmente em duas fontes: o *Parochiale Suevorum* (indicado também como *Parochiale Suevum* ou *Divisio Theodomiri*) e as atas do II Concílio de Braga (572), onde entre os *subscriptores* aparece um *Viator Magnetensis ecclesiae episcopus*. Esta convicção, ou seja, que *Magneto* era uma prefiguração ou antecipação da diocese de *Portucale* (*castrum² novum*, no lado setentrional do Douro, enquanto o lado sul, *castrum antiquum*, atual Gaia, fazia parte da diocese de Coimbra), está presente na erudição e na historiografia pelo menos desde o século XVII³. Ao longo dos séculos, esta proposta converteu-se num dado consolidado e utilizado como ponto de partida para as investigações sobre a Igreja do noroeste peninsular a partir do século VI. Neste estudo é impossível listar todos os trabalhos historiográficos e arqueológicos em que é possível apreciar estes aspetos; limitamo-nos a uma seleção em nota de alguns dos trabalhos principais ou mais conhecidos e citados pelos investigadores nos séculos XX e XXI para demonstrar esta continuidade na comunidade académica (com algumas importantes exceções que vamos comentar neste artigo), em considerar a diocese de *Magneto* seguramente como uma primeira etapa da história da diocese *portucalense* fundada, sem dúvida nenhuma, para a maioria dos autores, no tempo do reino suevo⁴. Contudo, a análise das fontes, do contexto histórico e da cronologia das dioceses do noroeste peninsular no século VI mostra um panorama mais complexo e muito contraditório. Neste trabalho tentaremos examinar as várias interpretações avançadas pela historiografia e propor uma reflexão sobre o *Parochiale Suevorum* e as relações entre Meinedo e Porto entre a Tardo-Antiguidade e a Alta Idade Média. Para alcançar estes objetivos, inicialmente comentaremos algumas das conclusões da historiografia sobre o tema e, num segundo momento, analisá-las-emos detalhadamente em comparação com as informações contidas nas fontes e as evidências arqueológicas disponíveis. Finalmente, avançaremos algumas possíveis hipóteses para interpretar a eventual ligação entre as duas dioceses no século VI.

2. O PAROCHIALE SUEVORUM: ALGUNS PROBLEMAS DE ANÁLISE

Como vimos, portanto, a historiografia tradicional identificou a diocese de *Magneto/Meinedo* como a primeira sede da diocese de *Portucale*. De facto, pela maioria dos trabalhos académicos publicados, o caso de *Magneto* refletiria apenas uma simples transferência do mesmo episcopado duma localidade para a outra, incluindo-se nesta visão o ensaio publicado por J. de Alarcão em 2001 sobre as paróquias suevas hoje em dia no território português e em 2017 sobre a *Lusitania* e a *Gallaecia* entre os séculos II a. C. e VI d. C.⁵. A questão da diocese de *Magneto* constituiu um grande problema para os historiadores, tanto que em época moderna até houve confusão entre a diocese ibérica de *Magneto* e a diocese de Maguelone (na homónima localidade situada no território de Villeneuve-lès-Maguelone, no atual departamento francês do Hérault, na região da Occitânia),

1 Neste artigo seguimos o Acordo Ortográfico de 1990.

2 Neste caso, o termo *castrum* indicaria a muralha romana e não um “castelo” no seu sentido medieval. Cf. MARIANI 2020: 247 e veja-se também as notas para a bibliografia relacionada.

3 Cunha 2013: 134. Veja-se também Real e Silva, 2018: 205-208 e Silva e Real 2020: no prelo. Agradecemos aos autores a disponibilização do texto antes da sua publicação e a A. Silva pela revisão do presente artigo.

4 Cardoso 1652: vol. I, 279; Cunha 1742: 135; Florez 1787: vol. XV, 243, Brandão 1803: 90; Luiz 1872: 44; Bruno 1907: vol. II, 181-182; Novais 1917: Parte 2, Vols. 3-4, 254; Ferreira 1923: vol. 1, 47; de Almeida 1967: vol. I, 67-68; David 1947: 65; Machado 1956: 63; Brandão 1971; Moreira 1971, 34-35; Guimarães, Afonso e Prata 1983: 44; Almeida 1986: 30; Mattoso 1995: 178; Neiva Soares 1998: 75; Alarcão 2005: 305 e Alarcão 2015: 36; Azevedo 2001: vol. IV (P-V), 5. Lopes 2001: em particular pp. 16-28; Marques 2002: 58; Araújo 2002: vol. II, 95-119; Ubriç 2015: 225, para o mapa das dioceses.

5 Alarcão 2001: 39 e Alarcão 2017: 332-333.

mas recentemente este equívoco foi definitivamente esclarecido⁶. A. de Almeida Fernandes na sua obra *Paróquias suevas e dioceses visigóticas* afirmou que «havia sido este o nome de uma paróquia bracarense (*Magneto*), a qual se escolheu para sede do bispo de *Portucale*, diocese acabada de criar, enquanto, em nosso entender, o arianismo se não extirpava à roda desta *civitas* e nela mesma, como veremos»⁷. O historiador parece sugerir uma interpretação diferente da relação entre *Magneto* e *Portucale*: o bispo *Viator*, que aparece no II Concílio de Braga de 572⁸, teria sido bispo da recém-constituída diocese de *Portucale*, mas residia temporariamente na localidade de *Magneto*, por causa dos conflitos entre os arianos e os católicos. Para o historiador o termo *pagus* que se encontra no *Parochiale Suevorum* (declinado no plural em «paga» em vez de «pagi», latim clássico, na fonte⁹) indicava as paróquias de suevos ainda arianos (enquanto hoje os investigadores tendem a ver nos *pagi* uma divisão territorial ou um núcleo povoado provavelmente distinto dos *vici* ou *castella*, sede de uma paróquia¹⁰), apesar da conversão dos suevos ao catolicismo ter acontecido provavelmente já antes de 561. Neste ano, de facto, foi celebrado o I Concílio de Braga, apoiado pelo rei Ariamiro e presidido pelo arcebispo de Braga Lucrécio (para T. Deswarte esta colaboração entre poder temporal e espiritual na Península Ibérica do século VI começou já no reino suevo¹¹), no qual foram condenados o priscilianismo e outras heresias e em que participou São Martinho de Dume, juntamente com os outros seis bispos da *Gallaecia* que aparecem como *subscriptores* das atas do referido concílio¹².

A interpretação de A. de Almeida Fernandes apresenta uma série de pontos críticos que permitem estender o campo da reflexão também sobre a fonte conhecida como *Parochiale Suevorum* ou *Divisio Theodomiri*. Como é notório trata-se de um documento que refere a organização eclesiástica do noroeste peninsular, hipoteticamente promovida no Concílio de Lugo de 569 (sobre cuja existência os historiadores debateram durante muito tempo¹³) na época do rei suevo Teodomiro (†570), um texto produzido, manipulado ou interpolado nos séculos XI e XII, mas cujo conteúdo era atendível na opinião de P. David, posição mais recentemente debatida e substancialmente partilhada também por J. de Alarcão e J. Marques¹⁴. No *Parochiale Suevorum* ou *Divisio Theodomiri* são indicadas as treze sedes episcopais do reino suevo (Braga, Porto/*Portucale*, Lamego, Coimbra, Viseu, Dume, Idanha-a-Velha, Lugo, Orense, Astorga, Iria, Tui, Bretonha) e as respetivas paróquias¹⁵. Esta fonte, como veremos imediatamente, apresenta numerosos problemas.

Em primeiro lugar não existe só uma versão do *Parochiale Suevorum*, mas pelo menos seis segundo F. López Alsina, e assim distribuídas¹⁶: uma versão do *Parochiale* vem de Lugo e encontra-se no *Tumbo Viejo* (esta versão foi publicada em 2011 por J. L. López Sangil e M. Vidán Torreira¹⁷),

6 Mateu y Llopis 1989: 362.

7 Fernandes 1997: 40.

8 *Collectio Canonum Ecclesiae Hispanae*: col. 612.

9 Veja-se a Tabela 1 no Apêndice. Para a declinação do termo «pagus», veja-se <https://www.dizionario-latino.com/dizionario-latino-flessione.php?lemma=PAGUS100>, consultado on line em 23/03/2020.

10 Fernandes 1997: 49. Sobre os *pagi* veja-se López Quiroga 2018: 141.

11 Deswarte, 2019: 275-276.

12 Fernandes 1997: 39-40. Sobre estes temas veja-se também David 1947: 88-90. Fletcher, 1999: 99-100, Branco 1999: 87-90 e Ubric 2015: 231-232. Sobre o Priscilianismo e a Igreja ibérica entre Tardo-Antiguidade e Alta Idade Média veja-se também o trabalho de Jorge 2006.

13 Rivas Fernández 2003: 64-70 e Fernández Corte 1997-1998: 183-187.

14 David 1947: 67-68. Alarcão 2015: 36. Marques 2002: 30 e Marques 2009-2010: 459. Cf. também López Alsina 2013: 108. Para uma bibliografia sobre o *Parochiale Suevorum*, veja-se o trabalho de Gouveia, obra citada na bibliografia.

15 López Quiroga 2018: 140-141.

16 López Alsina 2013: 111.

17 López Sangil e Vidán Torreira 2011: doc. 7. Os dois editores sublinham que o *Parochiale Suevorum* para além do *Tumbo Viejo* está copiado também no *Tumbo Nuevo* de Lugo, obras respetivamente preservadas no Archivo Histórico Nacional de Madrid e no Archivo da Catedral de Lugo.

enquanto duas versões da fonte são transmitidas pelo *Liber Fidei* de Braga¹⁸. As outras três versões vêm respetivamente de Orense (editada por M. Risco na *España Sagrada*, o texto que para P. David provinha antes de Compostela¹⁹), Coimbra (Cabido da Sé)²⁰ e Santiago de Compostela (*Tumbillo de las Concordias*)²¹. A estas seis P. David acrescentava também as outras versões do *Parochiale Suevorum* transmitidas, por exemplo, no *Chronicon Mundi* de Lucas de Tuy (†1249), nos manuscritos do mosteiro cisterciense de Alcobaça, versão publicada por Frei Bernardo de Brito (†1617) na *Monarchia Lusitana*, e noutras obras provenientes de León e Oviedo. Um conjunto de textos que dava um número total de nove versões do *Parochiale Suevorum* segundo a opinião do historiador francês²². Na Tabela 1 do Apêndice, reproduzimos o esquema de classificação das fontes elaborado por F. López Alsina com a transcrição parcial das diferentes versões do *Parochiale Suevorum* ou *Divisio Theodomiri*. Como pode observar-se facilmente, estas versões são diferentes e, de facto, representam quadros de organização eclesiástica não coincidentes, como veremos em seguida. Apesar de todas estas versões, a historiografia em muitos casos utilizou o *Parochiale Suevorum* ou *Divisio Theodomiri* como se fosse uma fonte baseada num único e unívoco texto ou analisou-o através da geografia contemporânea, separando praticamente a atual Galiza (Espanha) dos territórios hoje em Portugal, quando no século VI ambas as áreas faziam parte do reino suevo que se estendia até ao rio Mondego. Por exemplo, a diocese de Tui tinha também sob a sua jurisdição paróquias localizadas em áreas a sul do rio Minho, além da moderna fronteira galega²³. A própria *Gallaecia* romana, província instituída no século III pelo imperador Diocleciano (284-288/289 d. C.) com capital em *Bracara Augusta* (Braga), incluía os territórios desde o Oceano Atlântico até ao rio Douro e não até ao Minho, que só no século XII começou lentamente a tornar-se uma fronteira entre a Galiza e o condado/reino de Portugal²⁴. Na *Historia Compostelana*, uma obra escrita por vários autores e em fases distintas no século XII, ainda a fronteira entre Galiza e *Portucale* mudava com base nos diferentes pontos de vista e interesses dos seus autores. Por exemplo, D. Hugo, arcebispo de Santiago, futuro primeiro bispo da Sé restaurada do Porto (1112-1136) e autor do capítulo XV do primeiro livro da *Historia Compostelana* (no qual relatou o “pio latrocínio” das relíquias dos santos Frutuoso, Silvestre, Susana e Cucufate perpetrado por Diogo Gelmires em Braga, em 1102) individualizava no Minho uma fronteira entre a Galiza e Portugal: «Fluvius enim [Minho, *scil.*] iste portugalense terram disternat a Gallitia»²⁵. Pelo contrário, outro autor da obra, Giraldo, não assinalava o Minho como uma fronteira entre Galiza e Portugal; veja-se por exemplo o episódio em que o arcebispo Paio Mendes se recusou a cruzar o Minho para chegar a Tui (onde os bispos de Tui, Orense e Lugo tinham que julgar as questões patrimoniais entre Braga e Santiago de Compostela), mas sem que o rio seja conotado claramente como fronteira²⁶. Sempre na parte escrita por Geraldo, num documento refe-

18 *Liber Fidei* 2017: docs. 10, 11 (vol. I) e 551 (vol. II).

19 Risco 1796: vol. XL, 341-342. Sobre as diferentes propostas de origem desta versão, veja-se López Alsina 2013: 111 e David 1947: 22.

20 ATT (Arquivo da Torre do Tombo), *Cabido da Sé de Coimbra*, cx. 20, Maço 1, doc. 1. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4613487> consultado em 25/02/2020.

21 ACS (Archivo de la Catedral de Santiago), *Tumbillo de Concordias*, fol. 133v-134v. Para as fontes citadas nas notas 16-21 neste trabalho, veja-se López Alsina 2013: 111. O *Parochiale Suevorum* está parcialmente traduzido em português, cf. Parente 2013.

22 David 1947: 19-44.

23 Sánchez Pardo 2014: vol. LXVI/134, 444. Baliñas Pérez 2010: 33-34.

24 Marques 2011: 53-84 e Cruz 2014: 58. Para uma bibliografia atualizada veja-se Renzi e Gomes 2020: 86-91.

25 *Historia Compostellana*: 126.

26 *Historia Compostellana*: 230 «Ipse quidem episcopus eo tempore Tudem adierat habiturus iudicii examinationem cum Pelagio Bracharensi episcopo super media parte Corneliane et ceteri honoris, qui est sancti Iacobi in Portugallia circa Bracharam, presentibus ibi iudicibus episcopis Didaco Auriensi, P. Lucensi, A. Tudensi, ex iussu B. Toletani archiepiscopi et Romane Ecclesie legati. Illam namque medietatem, que sua erat, predictus episcopus sancti Iacobi Mauricio Bracharensi archiepiscopo, qui eodem tempore a predicto Teutonico tyranno erectus in idolum incestabat thorum matris sue Sancte Romane Ecclesie dederat in prestimonium. Quam medietatem successor eius Pelagius violentie fultus retinebat. Qui causa huius exminationis veniens noluit tamen inire iudicium nec etiam transmeare Mineum, sed

rente aos acordos entre Maurício “Burdino” e Diogo Gelmires, ainda no século XII (provavelmente porque ligadas também à questão do bispado de Tui²⁷) as fronteiras do território de *Portucale* parecem estar localizadas entre o rio Lima, que passa pela cidade de Viana do Castelo em Portugal, e o rio Douro («in Portugalensi terra a flumine Limie usque in Dorium»²⁸); o Lima é o mesmo rio que, como demonstrado por P. Merêa, na Alta Idade Média (séculos IX-X) constituía o limite setentrional do território *portucale*²⁹.

Para além disso, quando analisamos o *Parochiale Suevorum* notamos uma série de substanciais diferenças; basta pensar nos diferentes nomes dados a algumas paróquias na versão do *Liber Fidei* de Braga e do *Tumbo Viejo* de Lugo, ao diferente número de paróquias incluídas nas várias versões do *Parochiale Suevorum*³⁰, ou na questão da divisão em onze condados da terra de Lugo, inserida apenas nas cópias de Braga juntamente com o texto do *Parochiale Suevorum*³¹. Existe também o grande problema das sedes metropolitanas do reino suevo (Braga e Lugo) indicadas na fonte. Segundo P. David, por exemplo, a única sede metropolitana da *Gallaecia* no século VI era Braga. Para o historiador francês, a parte inicial do *Parochiale Suevorum* (conhecida como a “carta de Teodomiro”), em que se menciona a decisão de elevar Lugo à dignidade metropolitana de Braga («Dum hanc epistulam Episcopi legerunt, elegerunt in Synodo ut Sedis lucensis esset Metropolitana sicut et Brachara»³²), seria uma falsificação posterior datável pelo menos do século VII, ou ainda mais tardia (séculos XI-XII), produzida por um clérigo de Lugo, evidentemente dotado de um bom conhecimento do latim, que em plena Idade Média tentou aumentar o prestígio da sua sede episcopal através da inserção no *Parochiale Suevorum* desta passagem³³. Prova disso seria também, segundo P. David, o facto de que no II Concílio de Braga de 572 o único bispo definido como metropolitano ter sido o bracarense; de facto, nunca existiram duas sedes metropolitanas no reino suevo, uma opinião partilhada também por J. C. Rivas Fernández, na sua investigação sobre a sede de Orense, e M. J. Branco³⁴. Efetivamente, num documento do *Liber Fidei*, Lugo é definida como sede “vigária” de Braga («Braccare metropoli et Luco quasi vicarie sede»³⁵), um detalhe que parece introduzir uma hierarquia entre as duas Sés³⁶.

Em 2016 M. Fernández Calo defendeu a tese de que o *Parochiale Suevorum* e as disposições do hipotético Concílio de Lugo de 569, promovido pelo rei suevo Teodemiro, refletiam os equilíbrios do noroeste peninsular já a partir do século V, fornecendo uma série de provas em favor da dignidade de sede metropolitana para Lugo na passagem entre a Tardo- Antiguidade e a Alta Idade Média³⁷. Para este investigador a interpretação de P. David tem vários pontos críticos; efetivamente P. David

veniens usque ad ripam Minei ait: «Qui tenet nunc, teneat. Ego enim neque Tudem transmeabo neque eorum episcoporum iudicium inibo». Inde reuersus Bracharam violenta manu inuasit aliam predicti medietatem honoris, erat canonicorum sancti Iacobi».

27 Rodrigues 2015.

28 *Historia Compostellana*: 126-127 «Ego Mauritius Bracharensis ecclesie archiepiscopus de manu amici et confratris nostri domini Didaci secundi, venerabilis Compostellane ecclesie episcopi, suscipio in prestimonium sive feudum medietatem possessionum et hereditatum, quas habet ecclesia sancti Iacobi in Portugalensi terra a flumine Limie usque in Dorium».

29 Sobre estes temas veja-se: Merêa 1967: 9-21, Pallares Méndez e Portela Silva 1996: vol. II, 76-78, Falque Rey 1994: 12-14 e Barros 2019: 127-146. Sobre o “Pio Latrocínio”, veja-se Portela Silva 2016: 29-42 e sobretudo Amaral e Barroca 2012: 138-144 e 305-311. Sobre os bispos do Porto antes da restauração da Sé episcopal, veja-se Carriedo Tejedo 1998-1999.

30 Veja-se a Tabela n. 1 no Apêndice deste artigo.

31 David 1947: 21-22. *Liber Fidei* 2017: docs. 11 (vol. I) e 551 (vol. II). Pensamos voltar ao tema dos onze condados numa próxima publicação.

32 López Sangil e Vidán Torreira 2011: doc. 7. O mesmo texto encontra-se em todas as seis versões citadas na Tabela 1.

33 David 1947: 65-67.

34 Rivas Fernández 2003: 66-67 e Branco 1999: 87-88.

35 *Liber Fidei* 2017: vol. II, doc. 552.

36 David 1947: 65-66.

37 Fernández Calo 2016: 125-162.

não cita o texto do II Concílio de Braga quando afirma que «Le titre de métropole n'est pas donné à Lugo, ni celui de métropolitain à son évêque; dans les signatures du second concile de Braga, Martin est seul à prendre ce titre»³⁸, o que não permite verificar as suas conclusões. Por exemplo, nas atas do II Concílio de Braga de 572, ao contrário do que refere P. David, há uma menção clara da divisão do reino suevo em duas províncias administrativo-eclesiásticas (os «Synodi»³⁹) assinando o bispo de Lugo como *metropolitanus*⁴⁰. Este dado foi evidenciado também por K. Schäferdiek e P. Ubric, os quais concordam com a possível existência de uma sede metropolitana em Lugo, e, por conseguinte, de duas províncias eclesiásticas suevas, no século VI⁴¹. A sede episcopal de Lugo teria perdido esta importância eclesiástica depois da conquista visigoda de 585, apesar de se ter tornado na nova sede do governo e lugar de residência do *dux* visigodo, em vez de Braga, na reorganização territorial visigoda⁴². Em 589, no III Concílio de Toledo, Lugo aparece, ao contrário de Braga, como diocese e não como sede metropolitana e o mesmo sucede noutra fonte, o *Provinciale Visigothicum* (incluída no *Codex Escorialensis* R.II.18, antigamente conhecido como *Codex Ovetensis*, no qual foi copiado em finais do século VIII⁴³), onde Lugo surge apenas como uma diocese sufragânea da sede bracarense⁴⁴.

Contudo, achamos que, de acordo com os estudos de F. López Alsina, estes documentos que se referem à época sueva devem ser lidos com muito cuidado e no contexto dos séculos XI e XII (quando foram produzidos e/ou manipulados/interpolados e não só em Lugo, mas também noutras sedes episcopais como Orense, onde foram realizadas falsificações importantes) e dentro da reconfiguração do espaço eclesiástico peninsular⁴⁵. Um processo complexo iniciado pela ação régia de Fernando I de Leão e Castela (†1065) e os Concílios de Coiança (1055) e Compostela (1061 e 1063), marcado pela presença dos cluniacenses e caracterizado também pela crescente influência (e concorrência) do Papado Romano na Hispânia, a partir, em particular, dos pontificados de Alexandre II (1061-1073) e Gregório VII (1073-1085)⁴⁶. Por esta razão é preciso ter muita prudência na análise dos documentos, os quais, mesmo se baseados em alguns elementos atendíveis (como a divisão em *parochiae* das dioceses na época sueva), não devem ser considerados como representações completamente fidedignas da realidade do século VI, porque, como foi sublinhado por F. López Alsina, «en realidad, ninguno de ellos reproduce con fidelidad su contenido genuino. Se trata de documentos interpolados, o totalmente falsificados, puestos en circulación por distintas sedes episcopales, en distintos momentos posteriores al año 1055»⁴⁷. A reivindicação metropolitana lucense podia ser devida sobretudo ao grande desenvolvimento de Compostela como centro de culto e peregrinação (o bispo de Iria já em 1049 no Concílio de Reims reivindicou, sem sucesso, o título de *Apostolicus*), e a restauração de Tui e Braga em 1070-1071, durante o reino de García II da Galiza (1065-1071)⁴⁸. Estes dois fatores deviam constituir sérios problemas para os bispos

38 David 1947: 65-66

39 Fernández Calo 2016: 128-134.

40 Fernández Calo 2016: 128-134. *Collectio Canonum Ecclesiae Hispanae*: 612. Veja-se também a edição de Migne 1850: vol. VIII, col. 573. Veja-se Hinschius 1863: vol. II, 426 e Vives Gatell 1963: 84-85.

41 Schäferdiek 1967: 129 e Ubric 2015: 226-227.

42 Díaz Díaz e Pardo Gómez 2002: 11. Baliñas Pérez 2010: 34-35, Sánchez Chouza 2017: 119. *Provinciale Visigothum seu nomina Hispanarum Sedium*: 425-427. De opinião diferente é RIPOLL 2000: 327, nota 9, que considera Braga como capital da *Gallaecia* entre os séculos VI e VIII.

43 David 1947: 1-3. Montenegro e Castillo 2010: 416-417.

44 Simonet e Zugasti 1891: 38 e 40. Voltaremos a este documento.

45 López Alsina 2013: 125.

46 López Alsina 2013: 125, Deswarte 2010: 356-401 e De Ayala Martínez 2016: 127-153. Veja-se também a ótima reconstrução da situação política da área do primeiro condado de *Portucale* e de Coimbra (sécs. IX-XI) feita por Alarcão 2019: 19-22.

47 Recuero Astray 2000: 171-175, López Alsina 2013: 110-111.

48 Cantarella 2005: 54-59. Sottomayor-Pizarro 2017: 312. Pastor 2019: 82-85.

de Lugo, onde se tinham refugiado os arcebispos bracarenses muito provavelmente já na primeira metade do século IX, procurando os titulares de Lugo desde a Alta Idade Média – como afirmado por L. C. Amaral – apropriar-se dos direitos e da dignidade da sede bracarense⁴⁹.

3. MAGNETO/MEINEDO: SEDE EPISCOPAL OU LUGAR DE RESIDÊNCIA DOS BISPOS DE PORTUCALE?

Este quadro complica-se ainda mais quando tratamos da questão das dioceses de *Magneto* e *Portucale*. Em primeiro lugar porque não existe fonte nenhuma sobre bispos do Porto (*Portucale*) antes de 589 no III Concílio de Toledo⁵⁰. O *Parochiale Suevorum* refere uma diocese do Porto/*Portucale* na época do rei Teodomiro, mas como vimos, não há qualquer traço desta sede episcopal, enquanto em 572, no II Concílio de Braga, aparece o bispo «Viator Magnetensis» juntamente com os *episcopi* das outras doze sedes mencionadas na hipotética divisão eclesiástica de 569⁵¹. Mesmo considerando como certa a já referida proposta de A. de Almeida Fernandes, ou seja, Viator seria o bispo de *Portucale* residente temporariamente em *Magneto*, porque assinou ele como *Magnetensis* em vez de *Portucalensis*? Achamos que neste caso específico há um equívoco em parte da historiografia entre o título episcopal (e a respetiva sede de referência) e o lugar onde o bispo podia efetivamente residir regular ou temporariamente. Trata-se de dois conceitos bem distintos. Os exemplos de bispos que, por várias razões, podiam residir fora da própria sede episcopal são numerosos dentro e fora da Península Ibérica. No século VI, por causa da invasão e da conquista dos lombardos da Itália do Norte, os bispos de Milão refugiaram-se em Génova (568-569), onde permaneceram durante cerca de oitenta anos, mas apesar disso, nas cartas papais de Gregório I *Magno* (590-603) os bispos continuam a ser definidos como *mediolanenses*⁵².

Outro caso semelhante, dos séculos VI-VII, é o dos patriarcas de Aquileia que, para fugir aos lombardos, se transferiram temporariamente para Grado, ainda antes desta localidade se tornar, progressivamente, em sede de outro patriarcado, em concorrência com a mesma Aquileia⁵³. Sabemos também que os bispos de Porto (em latim *Portuensis episcopus*, enquanto o bispo do Porto, Portugal, era *Portucalensis* ou *Portugallensis episcopus*), diocese suburbicária de Roma (hoje diocese de Porto-Santa Rufina) na Alta Idade Média não residiam estavelmente em *Portus* (localidade costeira e antigo porto de Roma, que hoje faz parte do município de Fiumicino, parte da cidade metropolitana de Roma), mas na Ilha Tiberina (ilha no rio Tibre, no centro de Roma), a trinta quilómetros de distância da costa do Lazio, cerca de oito quilómetros menos que a distância que há entre o Porto e a localidade de Lousada, em cujo município estaria hoje incluída a sede episcopal de *Magneto/Meinedo*⁵⁴. Apesar de residir noutra sítio (sempre no âmbito da jurisdição da diocese, juntamente com a área de Trastevere e as águas do rio Tibre⁵⁵), os bispos de Porto não mudaram de título, que tinha também um forte valor simbólico⁵⁶, assim como o Papa Inocêncio III (1198-1216)

49 Amaral 2007: 228.

50 Antes dessa data não aparece nenhum bispo do Porto, cf. David 1947: 68 e LOPES 2001: 27-28.

51 *Liber Fidei* 2017: docs. 10, 11 (vol. I) e 551 (vol. II) e *Collectio Canonum Ecclesiae Hispanae*: col. 612.

52 Elli 2013-2014: 119-121. Para as cartas de Papa Gregório I *Magno* veja-se Ewald e Hartmann 1891: vol. I, Liber 4/1-3, pp. 232-235. Para uma síntese geral sobre este tema veja-se Wickham 2019: 53-81.

53 Cuscito 2012.

54 Carpegna Falconieri 2008: 82-83 e Mezzadri, Tagliaferri e Guerriero 2008: vol. III, 993.

55 Carpegna Falconieri 2008: 83-84. O investigador evidencia como apesar da colocação geográfica e urbanística da Ilha Tiberina e do atual bairro de Trastevere, estas zonas e os seus habitantes na Idade Média nem sempre eram considerados cidadãos romanos.

56 Carpegna Falconieri 2008: 84. T. di Carpegna Falconieri observa como, de facto, o título de um bispado tinha também um valor simbólico e, em alguns casos, não mudava nem na presença de grandes mudanças das estruturas demográficas e da distribuição da população de um território.

continuava a ser bispo de Roma mesmo residindo em muitas ocasiões em Viterbo, fora da província eclesiástica de Roma, cidade que o papa tinha configurado como um dos seus centros operativos e, de facto, segunda sede papal no início do século XIII⁵⁷. Para assinar como *Magnetensis*, Viator ou era efetivamente o bispo de *Magneto* ou teria havido uma primeira transferência da sede de *Portucale* para *Magneto*, do que não existe, contudo, traço algum nas fontes ou na memória dos séculos XI e XII. Por exemplo, na Galiza do século XII, os bispos começaram paulatinamente a utilizar o título de *compostellanus* porque, em 1095, o Papa Urbano II (1088-1099) transferiu definitivamente a sede episcopal galega de Iria Flavia para Compostela, localidade que aparece associada ao lugar de Santiago só a partir do século XI⁵⁸. Até àquele momento, nas fontes, os bispos dos séculos IX, X e XI definiam-se *irienses* ou bispos da *beati Iacobi ecclesiae/beati Iacobi apostoli* (da Igreja de S. Tiago Apóstolo), como demonstram claramente os casos de Sisnando (877-920), Vistruário (1014-1036) e Crescónio II (1037-1066)⁵⁹.

Outro caso muito interessante para perceber as dinâmicas eclesiásticas do noroeste peninsular é o caso de Dume/*Minduniето*. A sede de Dume (Braga) foi abandonada provavelmente no terceiro quartel do século IX, no tempo do bispo Sabarico⁶⁰ e mais tarde (no século IX, segundo E. Cal Pardo e F. López Alsina) transferida para a localidade de San Martín de *Minduniето* (hoje localidade de Foz, Lugo, Galiza) por iniciativa do rei das Astúrias Afonso III (†910)⁶¹. São Martinho de *Minduniето* foi desde então sede episcopal até ao biénio de 1113-1114, altura em que foi transferida novamente, desta vez para a localidade de «Villamayor del valle del Bría (Brea, atual ciudad de Mondoñedo)»⁶². Na documentação da catedral de Mondonhedeo referente ao século X temos vários testemunhos desta transformação e reorganização eclesiástica. Por exemplo, já na documentação de 916 se fala na «sancti Martini menduniensis sedis»⁶³, enquanto num documento de 974 há notícia até da transferência das relíquias de São Martinho de Dume para a localidade de *Minduniето* «Sancti Martini episcopi quorum venerande et desiderabiles reliquie dinoscuntur manere in Menduniето dumienses sedis provincie Gallecie»⁶⁴. Os bispos de *Minduniето* continuaram, pelo menos no século X e até ao início do século XI, a definir-se alternativamente e indistintamente como *dumienses*, *mindunienses* ou *britonienses*, porque na sede de *Minduniето* tinham confluído progressivamente também as autoridades das antigas dioceses de Dume e Bretonha, das quais *Minduniето* centralizava as funções episcopais. Portanto, não se tratava de um simples lugar de residência dos bispos de Dume, mas duma nova sede episcopal oficial⁶⁵. Até nos casos em que a transferência da sede episcopal de Dume para *Minduniето* não foi (re)conhecida, as fontes alto e pleno-medievais parecem distinguir muito claramente entre o título episcopal e o lugar (provisório ou não) de residência dum bispo. Por exemplo, na *Chronica Albendensia* (obra provavelmente datável de finais do século IX⁶⁶), especifica-se que no ano 881 o bispo Rosendo (a não confundir com São Rosendo de Celanova, †977) era bispo de Dume (título) em «Minduniето degens», residente em *Minduniето*. Para além disso, na mesma fonte, o arcebispo Flaviano de Braga, apesar de residir na *arx* (fortificação, cidadela, cidade

57 Maccarrone 1972: 49-61.

58 Anguita Jáen 2000: 206-217. López Alsina 2015 (IIª ed.): 113-126.

59 Lucas Álvarez 1997: docs. 280 e 316. González Balasch 2004: docs. 18, 61, 68, 69, 92, 94 e 101.

60 Fontes 2018: 403.

61 Cal Pardo 2003: 23-29 e López Alsina 2013: 106.

62 Cal Pardo 2003: 96.

63 Cal Pardo 1999: doc. 2.

64 Cal Pardo 1999: doc. 7. Veja-se também Carriedo Tejedo 2000: 235-253.

65 Cal Pardo 2003: 9-29 e López Alsina 2013: 106.

66 Powell 2003: 394.

fortificada ou principal em latim⁶⁷) do bispo de Lugo («Luco episcopus arce»⁶⁸), na consequência da situação de perigo seguida à invasão islâmica do século VIII⁶⁹, continuava a ser definido na Crónica *Albendensia* como «Flaianus Bracare»⁷⁰.

4. AS DIOCESES DE MAGNETO E PORTUCALE: DUAS PROPOSTAS DE INTERPRETAÇÃO.

Vistos estes exemplos, as nossas conclusões são essencialmente duas. A primeira é que *Magneto/Meinedo* era sede episcopal e não podia ser em 569 uma paróquia do bispado de Porto/*Portucale*, que em 572 é ainda inexistente no II Concílio de Braga. Viator era, portanto, bispo de *Magneto/Meinedo* e não bispo do Porto, como foi afirmado ainda há poucos anos⁷¹. Também temos algumas dúvidas sobre a interpretação do *Parochiale Suevorum* recentemente oferecida por J. de Alarcão. Na opinião do arqueólogo, a fonte poderia realmente representar as decisões de 569, disposições que incluíam a transferência de *Magneto* para Porto/*Portucale* (isso explicaria a presença desta diocese no *Parochiale Suevorum* em lugar de *Magneto/Meinedo*, localidade que por lapso J. de Alarcão localiza em Marco de Canaveses, em vez de Lousada⁷²) e a instituição da diocese de Lamego, cujo bispo não apareceria no *Liber Fidei* entre os *subscriptores* do Concílio Lugo de 569 e que, por sua vez, aparece no II Concílio de Braga de 572⁷³. Portanto, na opinião daquele investigador, não poderá «excluir-se inteiramente a hipótese de Viator, residindo já em *Portucale*, ter mantido o título de *episcopus Magnetensis*»⁷⁴. Contudo, se analisarmos os documentos do *Liber Fidei*, podemos ver como as subscrições dos bispos não se referem ao Concílio de Lugo de 569 (o *Parochiale Suevorum* não tem *subscriptores* como é possível verificar por exemplo nas versões de Braga e Lugo⁷⁵), mas confirmam a divisão do território de Lugo em onze condados (outra falsificação da Igreja *lucense* produzida no século XI na opinião de F. López Alsina⁷⁶) operada pelo rei suevo Miro, successor de Teodomiro, em 572. Veja-se o texto em seguida:

«Has itaque determinationes comitatum seu diffinitiones a me Nitigio nutu Dei Lucense sedis episcopo diligentissime exquisitas per antiquorum virorum scientia seu per scripturam seriem vetustarum repertas studiosissime post peracto Bracarensi sinodo II.º ibidem in diebus gloriosissimi domni Mironis regis sub Era DC.ª X.ª [Ano de 572, scil.] in presentia ipsius regis et omnium catholicorum magnatum tocius provintie Gallecie ipsius provincie [...] Martinus Bracarensis sedis metropolitanus [...] Renisol Bissensis [...] Lucretius Colimbriensis [...] Adoric Egestane [...] Viator Magnatensis [...] Nitigius Lucensis ecclesie metropolitanus [...] Vitimer Auriensis [...] Andreas Iriensis [...] Anila Tudensis [...] Polimius Asturiensis [...] Mailloc Britonio»⁷⁷.

67 Lomax 1976: vol. I, t. 1, p. 324. Para o significado do termo «arx» veja-se <https://www.dicionario-latino.com/dicionario-latino-italiano.php?lemma=ARX100>, consultado on-line em 23/03/2020.

68 Lomax 1976: vol. I, t. 1, p. 324.

69 Linehan 1993: 111-112

70 Lomax 1976: vol. I, t. 1, p. 324. Veja-se sobre esta fonte David 1947: 62-63 e 125-184.

71 Marques 2002: 30.

72 Alarcão 2012: 119. A mesma informação encontra-se em Alarcão 2017: 332.

73 Alarcão 2012: 119. Sobre a instituição da diocese de Lamego veja-se Morujão 2018: 259.

74 Alarcão 2012: 119. Alarcão 2019: 11. Neste segundo artigo, o autor propõe que a transferência da diocese de Meinedo para o Porto teve lugar no II Concílio de Braga de 572.

75 *Liber Fidei*: docs. 10 e 11 e López Sangil e Vidán Torreira 2011: doc. 7

76 López Alsina 2013: 113-119.

77 *Liber Fidei*: doc. 11.

A ausência do bispo de Lamego desta lista poderia ter várias explicações, mas não podemos esquecer que as subscrições dos bispos não representavam necessariamente a totalidade das dioceses do território⁷⁸. Prova disto é fornecida claramente pela outra versão da divisão do território lucense em onze condados contida no documento nº 551 do *Liber Fidei* de Braga:

«Has itaque diffinitiones in concilio predicto exquisitas et per seriem vetustatum scripturarum repertas in presentia **domini et gloriosissimi Mironis regis sub era DC.^a X.^a [Ano de 572, scil.]** et omnium ipsius provincie episcoporum tam ex Bracarensem concilio quam ex Lucensi ecclesia diffinite et subscripte existunt. **Martinus Bracarensis** episcopus subscripsi. **Remisol Visensis** episcopus ecclesie subscripsi. **Lecencius Colinbriensis** episcopus ecclesie his gestis subscripsi. **Adoric Egitane** ecclesie episcopus subscripsi. **Viator Magnetensis** ecclesie episcopus subscripsi. **Victimer Auriensis** episcopus subscripsi. **Andreas Iriensis** episcopus subscripsi. **Anila Tudensis** episcopus subscripsi. **Polimius Asturicensis** episcopus subscripsi. **Mailloc Britoniensis** episcopus subscripsi»⁷⁹.

Como foi evidenciado por A. J. da Costa, no documento fala-se claramente da divisão territorial de Lugo em condados e não do *Parochiale Suevorum*⁸⁰; para além disso esta fonte refere-se a vinte bispos a coadjuvar o rei Miro no seu inquérito e reorganização territorial (um número que não parece compatível com a hipotética divisão eclesiástica do Concílio de Lugo de 569⁸¹), apesar de aparecerem só dez bispos como *subscriptores*, em lugar dos onze da primeira versão (os documentos 10 e 11 do *Liber Fidei* de Braga)⁸². Nesta lista dos *subscriptores* de 572 falta também o bispo de Lugo Nitígio⁸³; se seguíssemos a mesma lógica, deveríamos concluir que, na base exclusiva destas subscrições, não existia uma diocese ou bispos de Lugo antes de 572, mas sabemos que a sede de Lugo está mencionada nas fontes já no século V e teve pelo menos um bispo de nome Agrestio⁸⁴. Neste trabalho não queremos excluir a interessante possibilidade sugerida por J. de Alarcão da instituição da diocese de Lamego em 569, mas a aceitarmos os documentos do *Liber Fidei* como fiáveis, a presença de Viator como *Magnetensis* implica logicamente que não houve transferência do título até 572, mesmo que tivesse sido decidida em 569 e que o bispo já residisse no Porto/*Portucale* (ao contrário do que afirmou A. Almeida Fernandes⁸⁵) porque, recordamos mais uma vez, título episcopal e lugar de residência são já dois conceitos claramente diferentes na Europa ocidental do século VI⁸⁶.

Como é possível observar-se, estas hipóteses, em muitos casos contraditórias entre elas, tentam preencher um vazio da documentação que torna quase impossível estabelecer se uma diocese foi efetivamente instituída nos séculos V-VI; ainda que, como foi observado por J. C. Rivas Fernández a instituição de *Magneto/Meinedo* pudesse ser mais antiga e bem anterior aos primeiros dois Concílios de Braga em 561 e 572⁸⁷. A localidade de Meinedo foi ocupada pelo menos desde a Idade do Ferro e sabemos que o sítio continuou a ser povoado em época romana, pelo menos a

78 Rivas Fernández 2003: 54-61.

79 *Liber Fidei*: doc. 551.

80 Costa 1965: vol. I, 298 (nas notas de rodapé).

81 *Liber Fidei*: doc. 551 e López Quiroga, 2018: 140.

82 *Liber Fidei*: doc. 551.

83 *Liber Fidei*: doc. 551. Nitígio é mencionado, contudo, na primeira parte do doc. 551.

84 Díaz Díaz e Pardo Gómez 2002: 9-11. Codoñer 2010: 15. Sobre os bispos galegos entre os séculos VI e VIII, veja-se Carriedo Tejedo 2004: 773 e sgs.

85 Fernandes 1997: 39-40.

86 Alarcão 2012: 119-120. Alarcão 2019: 11.

87 Rivas Fernández 2003: 91. Na opinião de J. Marques, o bispo Coto, que aparece no primeiro Concílio de Braga de 561, era muito provavelmente o bispo de Porto/*Magneto* (para o historiador há absoluta continuidade entre as duas dioceses), cf. Marques, 2002, p. 30. Veja-se também Alarcão 2015: 37.

partir do século IV, como foi demonstrado pela presença de vestígios cerâmicos e pétreos e pelos sarcófagos paleocristãos do século V encontrados nesta área⁸⁸. Na opinião de A. Sousa Oliveira, em Meinedo deveria existir uma albergaria ou local de descanso para os peregrinos que se dirigiam para Santiago de Compostela, devido à presença de uma bifurcação de um caminho romano secundário que passava na direção *Tongobriga-Bracara Augusta*⁸⁹, uma posição que poderia justificar a decisão de instituir uma diocese nesta localidade⁹⁰. As evidências arqueológicas mostram também que este lugar continuou a ser ocupado entre os séculos V-VII, segundo os autores da *Carta Arqueológica* de Lousada e atendendo à recolha de «abundante cerâmica de cobertura (*tegulae*) realçando-se o aparecimento de fragmentos de vidros»⁹¹. São também de particular interesse os materiais encontrados na Quinta dos Padrões e na Quinta do Vilar, nomeadamente um provável sarcófago e um capitel visigótico⁹². Para além disso, a investigação arqueológica mostrou que sob a atual capela de Santo Tirso (igreja de Santa Maria de Meinedo, Lousada) há vestígios de um edifício suevo-visigótico datado, segundo M. Areosa Rodrigues, do século VI-VII compatível com a presença de uma sede episcopal em Meinedo, no século VI⁹³. Todavia, apesar das evidências arqueológicas e documentais do século VI, a localidade parece perder importância; Meinedo só reaparece nas fontes escritas num documento datado de 11 de Dezembro de 1131, quando Afonso Henriques doa o mosteiro de Santo Tirso de Meinedo (veja-se o Apêndice sobre os mosteiros da diocese do Porto, Tabela 2 e Mapa 1) ao bispo D. Hugo e à Sé episcopal portuense («Vobis domno Hugonj episcopo Portugalensi et ecclesi(a) e Portugalensis sedis»)⁹⁴.

A nossa segunda conclusão é que a análise cronológica e do contexto histórico implica logicamente que o *Parochiale Suevorum* não pode representar a situação eclesiástico-administrativa do ano de 569, sob o reino de Teodomiro; esta divisão reflete uma organização necessariamente posterior a essa data. Já outros investigadores evidenciaram esta incongruência, como por exemplo P. David, A. J. Costa, J. Marques e J. de Alarcão⁹⁵. P. David, no seu estudo sobre o *Parochiale Suevorum*, indicava como data *post-quem* do documento o ano 572, porque, como vimos, naquele ano aparece o bispo de *Magneto Viator* – um elemento que torna muito difícil aceitar a proposta de J. Quiroga e M. Lovelle de uma transferência de *Magneto* para Porto já no ano de 572⁹⁶ – e como data *ante-quem* o ano 589 (ano do III Concílio de Toledo) em que pela primeira vez aparecem os dois bispos de Porto/*Portucale*, Constâncio, católico, e Argiovitto, ariano⁹⁷. Temos aqui já um primeiro problema, porque entre 572 e 589 o cenário político da Península Ibérica muda completamente, com a definitiva conquista visigótica do reino suevo, em 585, por parte do rei Leovigildo⁹⁸. P. David, na nossa opinião consciente deste problema, tentou restringir ulteriormente a cronologia do *Parochiale Suevorum* (para que a divisão eclesiástica e a instituição da diocese de Porto/*Portucale* fossem atribuídas sem dúvida nenhuma aos suevos) ao intervalo entre os anos 572 e 582, durante o reinado de Miro, mas o historiador não justificou a sua proposta o que torna muito complicado avaliar ou

88 Nunes, Sousa e Gonçalves 2008: 139 e a bibliografia relacionada. Alarcão 2017: 332-333.

89 Mendes-Pinto 2008: 49. Sobre as vias romanas veja-se o excelente mapa de Alarcão 2017: 230.

90 Oliveira, 1969: vol. IV, Tomo II e III, 35-51. Cf. Nunes, Sousa e Gonçalves 2008: 141 e a bibliografia relacionada.

91 Nunes, Sousa e Gonçalves 2008: 140 e a bibliografia relacionada.

92 Nunes, Sousa e Gonçalves 2008: 141 e a bibliografia relacionada.

93 Rodrigues 2012-2013: 100-101. Na opinião de J. de Alarcão «Esta atribuição cronológica não pode considerar-se indiscutível. Talvez o templo possa datar-se do século IX ou X». Alarcão 2019: 11.

94 *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*: doc. 121.

95 David 1947: 68, Costa 1965: vol. I, 17-18 Marques: 28-30 e Alarcão 2015: 36.

96 López Quiroga e Lovelle 1997: 53-55.

97 David 1947: 68.

98 Díaz 2011: 126 e 246-248

utilizar a sua cronologia⁹⁹. P. David, de facto, referiu só genericamente que a transferência episcopal teve lugar «avant de la crise qui mit fin au royaume suève»¹⁰⁰ e antes do falecimento do rei Miro que o historiador coloca em 582, em lugar de 583¹⁰¹.

Portanto, temos que analisar a questão da relação entre *Magneto* e *Portucale* também à luz do problema da conquista visigótica de 585, e é fundamental lembrar que só entre 587 e 589, com a conversão do rei Recaredo e o III Concílio de Toledo, é que os visigodos se converteram definitivamente ao catolicismo¹⁰². Este elemento é útil para compreender a presença simultânea em *Portucale* de dois bispos, um ariano (Argiovitto que abjurou a fé ariana no III Concílio de Toledo, tal como o bispo ariano de Lugo, Bécila¹⁰³) e outro católico¹⁰⁴. Na opinião de P. Diáz estes dois bispos não estavam em competição entre si, mas tinham uma autoridade paralela: o bispo ariano estaria ligado à expansão militar visigótica e ao enquadramento no reino dos territórios recém-conquistados, do que podemos deduzir (é só uma hipótese) que o bispo católico mantivesse as relações com a população local sueva, convertida ao catolicismo pelo menos desde 561¹⁰⁵. Outro ponto interessante é que a maior parte dos trabalhos de investigação sobre os dois bispos de *Portucale*, indicam como data de início do pontificado de ambos o ano 585, o ano, como vimos, da conquista visigótica do reino suevo¹⁰⁶. Quem teria instituído os dois bispos? Se, por um lado, é razoável pensar que Argiovitto tivesse sido nomeado pelo rei Leovigildo, considerado também o papel militar que atribui ao bispo ariano P. Diáz¹⁰⁷, por outro, quem instituiu Constâncio? Teria sido o último bispo suevo de *Portucale* nomeado pelo rei suevo Andeca (†584-585) ou por Malarico, que tentou uma última restauração do reino suevo em 585¹⁰⁸? Seria uma figura local promovida pelos visigodos para “controlar” os católicos locais e evitar revoltas imediatamente depois da conquista? Estas considerações levam-nos a uma questão decorrente: Porto/*Portucale* foi uma diocese de instituição sueva ou visigoda? Consideremos a primeira hipótese. Para P. David, as dioceses de Tui e *Magneto*, por exemplo, tinham nascido para dividir o território demasiadamente extenso de Braga, tanto a norte como a sul, em época sueva¹⁰⁹. Esta interpretação levanta outro problema, na medida em que não temos à disposição elementos claros para saber qual era efetivamente a extensão da jurisdição dos bispos no século VI. Por exemplo, no *Parochiale Suevorum*, Dume não tem sob sua dependência paróquias ou igrejas, contrariamente ao que se encontra noutra fonte semelhante ao *Parochiale Suevorum*, a *Divisio Wambae*, um texto fortemente relacionado com o *Provinciale Visigothicum* na opinião de P. David¹¹⁰. Dume parece ser uma sede episcopal “nominal”, ligada essencialmente ao

99 David 1947: 68.

100 David 1947: 68.

101 David 1947: 68. Sobre a data do falecimento do rei suevo Miro, cf. Diáz 2011: 293 e González Salinero 2017: 43.

102 Simonet e Zugasti 1891: 14. Vallejo Girvés 2012: 267.

103 «*Beccila, in Christi nomine civitatis Lucensis episcopus, anathematizans haeresis Arrianae dogmata superius damnata, fidem hanc sanctam catholicam, quam in Ecclesiam Catholicam veniens credidi, manu mea de toto corde subscripsi. Argiovitus, in Christi nomine civitatis Portucalensis episcopus, anathematizans haeresis Arrianae dogmata superius damnata, fidem hanc sanctam catholicam, quam in Ecclesiam Catholicam veniens credidi, manu mea de toto corde subscripsi*». Simonet e Zugasti 1891: 20; Gams 1874: vol. 2, 10.

104 Diáz 2011: 247.

105 Diáz 2011: 247.

106 Veja-se por exemplo Ferreira 1923: 439; Basto 1962: vol. I, 63 e Santos 1993: 225.

107 Diáz 2011: 247.

108 Diáz 2011: 247 e 293.

109 David 1947: 69.

110 «*Dumio teneat de Duria usque ad Avia, de Rameca usque ad Aram*». *Liber Fidei* 2017: vol. I, doc. 9. Sobre a relação entre o *Provinciale Visigothicum* e a *Divisio Wambae* veja-se David 1947: 1-3 e Riess 2013: 191 e as notas relativas. A *Divisio Wambae* foi uma divisão eclesiástico-administrativa do reino visigodo do século VII «dans laquelle le roi wisigothique Wamba lors d'un concile à Tolède est supposé avoir fait mettre par écrit la répartition de son royaume en provinces ecclésiastiques et les limites des évêchés suffragants respectifs», cf. Vones 2019. Para muitos historiadores, esta divisão seria uma falsificação do século XI, cf. Riess 2013: 191. Sobre a *Divisio Wambae* a obra de referência é Vázquez de Parga 1943.

mosteiro, como escreveu A. J. da Costa («Este bispado abrangia o mosteiro com o seu domínio e respectivos servos»¹¹¹), mas é muito difícil perceber quais eram a extensão e a jurisdição plausíveis da «família monástica» dumiense¹¹². Para além disso, se observamos bem a posição geográfica de Dume, pode observar-se como esta sede episcopal não tinha grande espaço para se desenvolver, dado encontrar-se a pouco mais de dois quilómetros da cidade de Braga. Pelo que sabemos, também *Magneto* podia estar numa condição semelhante e não ter um território definido, apesar de ter, deve notar-se, um espaço importante para o seu desenvolvimento a sul de Braga e até ao rio Douro. É importante também não projetar na realidade do século VI a organização e a progressiva concretização jurídica, eclesiológica e cultural da territorialização do poder episcopal dos séculos XI e XII, quando a questão da definição do espaço em que o bispo exercia a jurisdição e os direitos próprios se tornou central. Até àquele momento, a organização diocesana não era tão estruturada (ou pelo menos seria muito diferente) quanto poderíamos pensar hoje em dia¹¹³. A propósito do *Parochiale Suevorum*, J. Mattoso utilizou a imagem da “constelação” para descrever a organização eclesial do século VI e a relação entre a sede episcopal e as várias paróquias sujeitas à sua jurisdição, imagem sugestiva, porquanto não é seguro que entre estes pólos existisse um território contínuo e definido¹¹⁴. Por esta razão, é necessário ter muito cuidado em falar, aludindo ao século VI, de um território ou de uma transferência direta entre as sedes episcopais de *Magneto* e *Portucale*¹¹⁵. Para além disso, há outro ponto crítico: porque teria o rei Miro transferido a sede de *Magneto* depois de 572? O que podemos supor, com base nos resultados da investigação histórico-arqueológica, é que a mudança da sede poderia ter ocorrido por razões militares depois das derrotas de Miro contra o rei visigodo Leovigildo que invadiu a *Gallaecia* em 575, adiantando assim a cronologia de P. David pelo menos em sete anos¹¹⁶. *Portucale* podia eventualmente oferecer um ponto mais facilmente defensável, aproveitando a presença das muralhas imperiais romanas¹¹⁷ mas, temos que admitir, estamos no campo das puras hipóteses. A segunda possibilidade é a da instituição da diocese de *Portucale* pelos visigodos. Esta hipótese poderá parecer provocatória, mas não podemos excluí-la completamente, como foi sugerido por C. Moreira de Azevedo¹¹⁸. A admitir-se, esta proposta abriria um cenário em que os visigodos, na fase posterior à conquista do reino suevo, teriam reorganizado o território e decidido mudar a sede episcopal de *Magneto* ou instituir uma diocese *ex novo* em *Portucale*. Este centro urbano, que já tinha uma assinalável importância desde o século V¹¹⁹, apesar de não ter sido capital do reino suevo, segundo os estudos mais recentes¹²⁰, podia tornar-se ainda mais importante após 585 porque, como foi evidenciado por C. Baliñas Pérez, os visigodos reorganizaram o reino baseando-se na geografia tardo-imperial romana, dividindo as províncias da *Gallaecia* e *Lusitânia* e fixando novamente a fronteira entre as duas no rio Douro, o que inevitavelmente fazia de

111 Costa 1959: 91.

112 Díaz 2001: 336.

113 Sobre a questão da territorialidade das dioceses a partir dos séculos XI e XII, veja-se o trabalho dirigido por Mazel 2008. Veja-se também a análise linguística de David 1947: 14-15.

114 Sobre este tema veja-se Moreira 1963: 93, Mattoso, 1995: vol. 2, 177 e Amaral, 1999: 320.

115 Veja-se por exemplo Marques 2002: 30 e Araújo 2002: 96-103.

116 López Quiroga, 2018: 140. Díaz, 1998: 35-37. Díaz, 2011: 126-149. DAVID 1947: 68.

117 Sobre as muralhas romanas do Porto veja-se Silva 2010-2011: 43-64. Para um enquadramento geral da história da cidade, veja-se também Sequeira 2010.

118 Azevedo 2001: vol. IV (P-V), 5. Também Sousa afirmou que Porto «Foi sede diocesana, em substituição ou não de Meinedo», cf. Sousa 2000: 120.

119 Díaz 2011: 131. Veja-se também Almeida 1972.

120 Veja-se Díaz, 2000: 403-420. Díaz 2011: 131; para o historiador a capital foi sempre Braga/*Bracara Augusta*, apesar de uma certa importância estratégica de Porto/*Portucale* no século V, contrariamente à proposta de López Quiroga e Lovelle: López Quiroga e Lovelle 1997: 206, nota 11.

Portucale um centro estratégico¹²¹. A relevância de *Portucale* entre os séculos VI e VII é evidenciada também pelo registo de «onze exemplares de trientes visigóticos, correspondentes aos reinados de Leovigildo (576-586), Recaredo I, Liuva II, Sisebuto e Suintila (621-631) [...]» cunhados na mesma *Portucale*¹²². Na opinião de P. Díaz, a implantação duma casa da moeda em *Portucale* era devida à sua importância já na época sueva, dado que os visigodos, para este historiador, mantiveram, pelo menos em parte, alguns elementos da organização precedente à conquista de 585¹²³. Neste contexto, *Magneto* não teria necessariamente de ser transferida para *Portucale*; a diocese (analogamente ao caso da diocese de *Aquae Flaviae*/Chaves no século V¹²⁴) poderia ter desaparecido institucionalmente já em época sueva (aparentemente não terá sido destruída com violência, pois as escavações feitas em Meinedo não mostram sinais de incêndios ou de outras destruições, como sucede por exemplo em duas estruturas, provavelmente religiosas, objeto de destruição violenta, entre a Tardo Antiguidade e a Alta Idade Média, em Gaia¹²⁵), ou durante as campanhas de Leovigildo, ou imediatamente depois da conquista em 585, dado que em 589, no III Concílio de Toledo, não aparece já nenhum bispo *magnetensis*¹²⁶. Para além disso, A. Silva observou que *Portucale* é a única sede citada no *Parochiale* de que se especifica a colocação geográfica («Ad Sedem Portugalensem: In Castro Nouo»¹²⁷), o que poderia indicar a fundação recente desta diocese, ao ponto de ter que precisar onde esta se encontrava¹²⁸. Se o *Parochiale Suevorum* não representa a situação eclesiástica de 569 e 572, poderia ser este um ulterior indício da transferência da sede episcopal de *Magneto* para o Porto após 585 no período visigodo? Nesse caso, seria possível restringir ulteriormente a cronologia representada no *Parochiale* ao período 585-589. A questão fica em aberto.

Na documentação do século XII, incluída a papal, encontramos referências às divisões da época sueva que invocam alternativamente os reis Teodomiro e Miro¹²⁹. Por exemplo, Maurício “Burdino”, bispo de Coimbra (1099-1108) e mais tarde enquanto arcebispo de Braga (1109-1118) pediu ao Papa Pascoal II (1099-1118) a confirmação das fronteiras diocesanas, nos mesmos termos em que Teodomiro e Miro as tinham estabelecido: «sicut Teodimiri regis temporibus ab episcopis diuisio facta est» (ano de 1101)¹³⁰ e «sicut temporibus Mironis regis» (1114)¹³¹. É muito difícil determinar qual terá sido a divisão do rei Miro, e se Maurício fazia referência efetivamente ao sucessor de Teodomiro ou a outro rei, já que na «documentación gallega medieval se difundió la idea de que Miro y Teodomiro era la misma persona»¹³², mas podemos dizer que claramente a documentação que o prelado apresentou foi considerada credível pelo pontífice romano, coisa que não seria necessariamente nada óbvia¹³³. Em 1108, por exemplo, quando o bispo de Osma tentou utilizar a *Divisio Wambae* para legitimar as suas pretensões territoriais contra o bispo de Burgos, o Papa Pascoal II denunciou a completa falsidade do “documento antigo” apresentado pelo bispo ibérico¹³⁴. Mais uma

121 Baliñas Pérez 2010: 35.

122 Silva e Real 2020: no prelo.

123 Díaz 2004: 367-75.

124 Rivas Fernández 2003: 87-88.

125 Guimarães 1995: 429-41; Guimarães 2018: 409-411.

126 Azevedo 2001: vol. IV (P-V), 5.

127 López Sangil e Vidán Torreira 2011: doc. 7.

128 Correspondência de maio 2020. O arqueólogo não descarta também que a especificação de ser um *castrum novum* possa estar ligada à renovação da antiga muralha romana. Agradecemos a A. Silva pela sugestão.

129 Sobre este tema veja-se López Alsina 2013.

130 Erdmann 1927: doc. 2.

131 *Liber Fidei* 2017: vol. II, doc. 554.

132 Díaz 2011: 145.

133 Vones 2019.

134 Vones 2019.

vez estes episódios mostram como o passado suevo e visigodo e a sua reconstrução na memória episcopal medieval, eram nos séculos XI e XII fontes de legitimação política e territorial para os bispos ibéricos, como notou L. Vones¹³⁵. Não sabemos quão claras eram em Braga as notícias sobre a época sueva e se havia uma memória exata da organização eclesiástica do século VI (que se apoiava, sem dúvida, em alguns elementos concretos e verificáveis¹³⁶), mas o que parece seguro é que os bispos bracarense, em particular, utilizavam este passado “glorioso” do reino suevo e atribuíam-lhe em *toto* a organização eclesiástica peninsular tardo antiga-altomedieval, a fim de justificar um espaço próprio na nova configuração eclesiástica pleno-medieval. Em primeiro lugar, para obter o estatuto de arquidiocese, pois Braga, em 1070-1071, tinha sido restaurada apenas como diocese, condição mantida até 1100¹³⁷; e em segundo, para marcar uma posição e opor-se à primazia toledana outorgada pelo Papa Urbano II em 1088, suscitando uma situação de conflito entre Braga e Toledo que continuou pelo menos até ao século XIV¹³⁸. Partindo das questões do século VI, estamos já a tratar de problemas plenamente medievais.

5. CONCLUSÃO

Em conclusão, tentamos sublinhar, neste breve trabalho, como importa usar extrema prudência ao enfrentar documentos como o *Parochiale Suevorum* e, bem assim, a importância de verificar as fontes e de ter consciência se estamos a propor uma teoria ou uma hipótese com base em documentos interpolados ou falsos (em alguns casos, as falsificações posteriores, pleno medievais, não permitem conhecer a realidade dos séculos mais recuados¹³⁹) –, ou iludindo a ausência de documentos escritos ou materiais de suporte. O nosso objetivo não era dar uma resposta definitiva sobre a questão da relação entre *Magneto* e *Portucale*, mas sublinhar três pontos essenciais. Em primeiro lugar que *Magneto/Meinedo* foi uma diocese no século VI e não podemos estabelecer com certeza se depois a diocese desapareceu ou foi transferida para o Porto e se o seu território passou inteiramente à diocese *portucalense*. Em segundo lugar tentamos refletir sobre a hipótese de que o *Parochiale* tenha sido atribuído aos suevos apenas no século XI, representaria na realidade, e mais verosimilmente, uma organização posterior de época visigoda (o que poderia explicar também a utilização do termo «metropolis» só para Braga e não para Lugo, elemento de acordo com fontes como o *Provinciale Visigothicum*¹⁴⁰). Por fim, queríamos mostrar como algumas das conclusões da historiografia tradicional, constantemente repetidas nos trabalhos mais recentes a partir de estudos clássicos como o de P. David (referência fundamental, mas que deve ser lida criticamente à distância de mais de setenta anos da sua publicação), em muitos casos, podem ser objeto de críticas tanto de um ponto de vista lógico-formal e metodológico, como da perspectiva da análise estritamente documental. Esperamos que as nossas propostas (ou porventura provocações) possam contribuir para renovar o debate sobre estas problemáticas.

135 Vones 2019.

136 Alarcão 2012: 118-119 e VONES 2019. Sobre a produção de falsos na Península Ibérica nos séculos XI e XII veja-se os estudos de Deswarte 2004: em particular 94-106 e López Alsina 2013: 118-119.

137 Amaral 2011: 157-192.

138 Feige 1992: 61-132.

139 López Alsina 2013: 112.

140 *Provinciale Visigothum seu nomina Hispanarum Sedium*: 427.

APÊNDICES

Tabela 1. As paróquias das treze dioceses suevas segundo as versões do *Parochiale Suevorum* de Lugo, Braga, Orense, Coimbra e Compostela¹⁴¹

Dioceses <i>Parochiale Suevorum</i>	Versão Lugo	Versão Braga 1 (<i>Liber Fidei</i> docs. 10-11)	Versão Braga 2 (<i>Liber Fidei</i> , doc. 551)	Versão Orense	Versão Coimbra	Versão Compostela
Braga	Centum Cellas, Cottos, Lemetos, Aquaste, Milia, Ciliolis Ad Portum: Ailio, Carandonis, Taus, Ciliotao, Getanio, Oculus, Cerecis, Petroneto, Equiris, Ad Saltu. Item paga: Luetera, Vergancia, Pannonias, Letera, Vergancia, Astiatico, Tureco, Auneco, Merobrio, Berese, Palanticio, Celo, Supelegio, Senesquio	Centumcellas, Cottis, Lemeto, Anoaste, Milia, Cirilis, A portu, Ailio, Carandolis, Tauvis, Cilutuo, Getanio, Oculus, Cercis, Petroneto, Egris, Ad Saltu. Item paga: Luetera, Vergancia, Alisti, Astiatico, Turego, Vallarizza, Aunego, Merobrio, Berese, Plantacio, Celo, Suppelegio et Senequio	Centucellas, Cotis, Milia, Lenicto, Cilliolis, Annosce, Ad Portum, Agilio, Perandonis, Taubis, Ciliotuo, Setanio, Oculus, Cereis, Petroneto, Equisis, Ad Saltum. Item paga: Pannonias, Letera, Vergancia, Astiatico, Tureco, Aunegro, Merobrio, Berese, Palantatiocalo, Suppelegio et Senerino	Centumcellas Milia. Carandonis. Cortis Cyliolis. Taubis. Lemeto. Ad Portu. Ciliotao. Avoaste Ailio. Jetarvo. Oculus. Certis. Petroneto. Equi- sis. Ad Saltu. Item paga. Panno- sias. Laetra. Vergancia. Astiatico. Tureco. Auneco. Merobrio. Berese. Palantutio. Ceio. Subpelagio	Centumcellas, Cottis, Lemeto, Anoaste, Milia, Cirilis, ad portum, Aylio, Carandolis, Tauvis, Ciliatao, Cetanio, Oculus, Cercis, Petroneto, Equiris, Ad saltu, Item Paga, Pannonias, Laetera, Vergantia, Astiatico, Tureco, Auneco, Merobrio, Berese, Plantatio, Celo, Supellegio et Senequio	Centumcellas, Milia, Carandonis, Cor- tis Cyliolis, Taubis, Lemeto, adportu Ciliotao, Anoaste, Aylio, letanio, Oculus, Certis, Petroneto, Equis, ad Saltu item paga Pannonias, Laetra, Vergancia, Astiatico, Tureto, Auneco Merobrio, Berese, Palantutio, Ceio, sub Pelagio et Senequio
Porto	Villanoua. Betaouia, Visea, Menturio, Torebria, Bauuaste, Benzoaste, Lumbonescis, Napolet, Curmiano, Cagnesto, Leporeto, Melga, Tangobria, Villa Gomedei, Tauuasse;	Villa Nova, Betaoia, Viseu, Menturio, Torebria, Bauuaste, Bonzoaste, Lumbo, Necis, Napoli, Magneto, Leboreto, Melga, Tongobria, Villa Comedo, Tauuasse. Item paga: Laprencio,	Villa Nova, Betaonia, Visea, Menturio, Torebria, Bauuaster, Bonuszouster, Lumbo, Necis, Napoli, Curmiano, Magneto, Leporeto, Melga, Tongobria, Villa Gomedei, Tavuase.	Villanova. Betaonia. Visea. Menturio. Torebria. Raiviaste. Bonzoaste. Lumbo. Netis. Napoli. Curmiano. Magneto. Leporeto. Melga. Tongobria. Villagomedei. Tauvasse.	Villa Nova, Betaonia, Visea, Menturio, Torebria, Tauuarete, Bouzam, Bozoaste, [...] Necis, Napoli, Curimiano, Magneto, Leporeto, Melga, Tongobria, Villa Gomed[...]	Villa nova, Betaonia, Visea, Menturio, Torebria, Bauuaste, Bonzoaste, Lunbo, Hecis, Napoli, Curiniano, Magneto, Leporeto, Melga, Tongobria, Villa Gomedei Tauuasse,

141 A transcrição das versões de Coimbra e Santiago de Compostela é da nossa responsabilidade. Para as edições das outras versões indicadas na Tabela 1, vejam-se as notas ns. 16-21 neste trabalho.

Dioceses Parochiale Suevorum	Versão Lugo	Versão Braga 1 (Liber Fidei docs. 10-11)	Versão Braga 2 (Liber Fidei, doc. 551)	Versão Orense	Versão Coimbra	Versão Compostela
Porto (cont.)	item paga: Labrencio, Aliobrio, Vallacia, Truluco, Cepis, Namdolas et Palentiaca.	Aliobrio, Valla[r]itia, Trulugo, Cepis, Nandolas et Palentiaga.	Item paga: Labren- cio, Aliobrio, Vallacia, Truculo, Cepis, Mandolas et Palencia	Item paga. Laborencio. Aliobrio. Vallacia. Tranluco. Cepis. Nandolas. & Planciaca	[...]Item Paga, Labrentio, Aliobrio, Vallacia, Truiugo, Cepis, Nandolas et, Pallen[...]	item paga Labrencio, Aliobrio, Vallacia, Traluco, Cepis Nandolas, Palentiaca.
Lamego	Lamecum, Tuentica, Arauoca, Cantabriano, Orniam et Camianos	Lamecum, Tuetinca, Arauoca, Cantabriano, Omia et Camianos	Lamecum, Tuentica, Arouca, Cantabriano, Omnia et Comianus	Lamecum. Tuentica. Auracca. Cantabiano. Orannia. & Camia- nos	Lamecum, Tuentica, Arauca, Cantabriano, Omia et, Camianos	Lamecum, Tuentica, Auracca, Cantabriano, Mamia, per Camianos.
Coimbra	Conenbreci, Eminio, Selio, Lurbine, Insula, Anturiane et Portucale Castrum Antiquum	Conembreca, Eminio, Selio, Lurbine, Insula, Antusiane et Portugale, castrum antiquum	Conebreca, Emminio, Selio, Lurbine, Insula, Astussiane et Portugale castrum antiquum	Conembreca, Eminio, Selio, Lurbine, Insula, Asturiane. & Portucale castrum anticum	Canembreca, Emino, Selio, Lurbine, Insula, Asturiane et, Portucale castrum anticuum	Conembreca, Eminio, Selio, Lurbine, Insula, Asturiane et Portucale Castrum Anticum
Viseu	Veseo, Rodomiro, Submontio, Subuerbeno, Osonia, Ouellione, Totela, Coleda et Caliabrica	Viseo, Rodomiro, Submontio, Suberbeno, Osonia, Ovellione, Totela, Coleia et Caliabrica	Veseo, Ropromiro, Submunecio, Suberbeno, Osania, Ovellione, Totela, Coleta et Caliabrica	Veseo. Rodomiro. Submoncio. Suberbeno. Osma. Onelbone. Totela. Coleia. & Caliabrica	Veseo, Rodomiro, Submontio, Suberbeno, Osoma, Ouellione, Toleta, Coleia, Caliabrica	Veseo, Rodomiro, Submontio, Suberbeno, Osma, Ouellione, Totela Coleia et Caliabrica.
Dume	familia seruorum	familia seruorum	f[am]ilia regia	familia servorum	familia servorum	familia servorum
Idanha	tota Egitania, Menecipio et Francos	tota Egitania, Menecipio et Francos	tota Egitania, Menecipio et Francos	tota Egitania, Menecipio. & Francos	Tota Egitania, Menecipio et, Francos	tota Egitania, Menecipio et Francos
Lugo	Luco Ciuitas cum adiacentia sua que tenent Comi- tes XI una cum Cairoga, Seuios et Cauarcos	Luco civitas cum adiacentia sua, quod tenent comi- tes XI, una cum Carioca, Sevios et Cavarcos	Lucum civitas cum aiacenciis suis quas tenente comites undecim una cum Carioca, Sevios et Cabarcos	Luco civitas cum adjacentiis suis, quod tenente Comi- tes XI. Una cum Carioca. Sevios. & Cabarcos	Luco Civitas cum adiacencia sua que tenet comites undecim, Una cum Carioca, Sevios, [...]	Luco civitas cum adiacenciis suis quod tenent comi- tes XI una cum Carioca Sevios et Cabarcos
Orense	Palla Auria, Verugios, Bebalos, Teporos, Geurres, Pinça, Sassauio, Verecanos, Senabria et Calapages Maiores	Letaos, Bival, Palla Auria, Verugio, Bevalos, Teporos, Iutres, Pingia, Cassavia, Vereganos, Senabria et Caba- zas Maiores	Palla Auria, Vesugio, Bevalis, Teporos, Guereus, Pincia, Passavit, Verecanos, Senabria, Galabacias Maiores	Palla Auria. Vesugio. Bebalos, Teporos. Geviros. Pincia. Cassavio. Verecanos. Senabria. & Calabacias Maiores	Palla Auria, Verugio, Buevalos, Teporos, Juries, Pincia, Cassa [...], [...] anos, [...] zas maiores	Palla Auria, Vesugio, Bevalos, Teporos, Geviros, Pintia, Cassavio, Verecanos, Senabria et Calabacias Maio- res.

Dioceses Parochiale Suevorum	Versão Lugo	Versão Braga 1 (Liber Fidei docs. 10-11)	Versão Braga 2 (Liber Fidei, doc. 551)	Versão Orense	Versão Coimbra	Versão Compostela
Astorga	Astorica, Legio, Bergido, Petra Sperantis, Couianca, Uentosa, Mirellos Superiori et Inferiori, Semure, Francellos et Pesicos.	Astorica, Legio, Bergido, Petra Speranti, Colanca, Ventoso, Murelle Superior et Inferiore, Senure, Fraugellos	Astorica, Legio, Bergido, Petra Speranti, Conianca, Ventosa, Maurelio Superior et Inferior, Semmure, Frogelos et Pesicos	Asturica Legio, Bergido, Petra Seperanti. Convianca. Ventosa. Murello Superiore, & Inferiore. Senimure. Frogellos. & Pesicos	Asturica, Legio, Berguida, [...] nca, [...] Murello superiore et inferiore, Semure, Frangellos	Asturica, Legio, Bergido, Petra Seperanti, Conuianca, Ventosa, Murello superiore et inferiore, Senimure, Frogellos, et Pesicos
Iria	Morracio, Saliniense, Centenos, Celenos, Meridiensis, Prestamarcos.	Morracio, Saliense, Contenos, Celenos, Metacios, Mercia, Prestemarcos, Coporos, Celticos, Brecanticos, Prutencos, Plucios, Besaucos, Trafancos, Lapatiencos et Arros	Morracio, Saliniense, Contens, Celenos, Metacios, Merciensis, Pestemarcos, Lapiciencos et Arcos	Morracio. Salinense. Cortinos. Celenos. Metazios. Merciensis. Pestomarcos. Coporos. Celticos. Brecantinos. Prutentos. Pluzios. Bisaucos. Transacos. Lapaciencos, & Arros	Morracio, Salinense, Cortinos, Celenos, Metacios, Mercia, Postamarcos, Coporos, Celticos, Brecanticos, Prutencos, Piucios, Besaucos, Trasancos, Lapaciencos et, Arros	Morracio, Saliniense, Continas, Celenos, Metazios, Merziensis, Pestomarcos, Coporos, Celticos, Brecantinos, Prutentos, Pluctios, Bisaucos, Trasancos, Lapaciencos et Arros.
Tui	Turedo, Tabolela, Loco Parre, Aureas, Tabulela, Longetude, Carisiano, Matiliana, Turonio, Celesantes, Turuea. Item paga: Aunone, Sacria, Erbilone, Gauda, Obinia et Cortese	Toredo, Tabolela, Locoparre, Areas, Langetudine, Carisiano, Marciliana, Turonio, Celesantes, Toruca. Item papa: Dunone, Sacria, Erbilione	Torelo, Toboleia, Lonco, Parre, Aureas, Langemie, Carasiano, Toraca. Item paga: Aunove, Ságia, Erbilunge, Gauda, Ovinia et Quartese	Toreio. Taboleia. Lucoparre. Aureas. Laugetude. Carasiano. Marcialiana. Turinio. Celesantes. Tortuca. Item paga. Aunone. Sacria Erbilione. Girada, Ouvia. & Quartese	Toredo, Taboleia, Locoparte, Aureas, Langetudis, Carisiano, Marciliana, Turonio, Ceisantes, Toroca, Item Paga, Aurione, Sacria, Erbilone, Gauda, Obinia et, Quartese	Toreio, Taboleia, Lucoparre, Aureas, Langetude, Carasiano, Marcialiana, Turonio, Celesantes, Toruca, Item paga Aunone, Sacria Erbilone, Gunda, Ouvia et Quartese.
Bretonha	Ecclesias que sunt intro Britonnis una cum Monasterio Maxime et Asturias sunt.	Ecclesias que sunt intro Britonos una cum monasterus Maximi et Asturias	Ecclesias que in vicino sunt intro Britoniis, una cum monasterio Maximo et Asturiis	Ecclesias que sunt introbritones una cum Monasterio Maximi, & Asturias	Ecclesia quae sunt intro Britonis una cum monasterio Maximi et Asturias	Ecclesias que sunt intro britones una cum monasterio maximi et Asturias

Tabela 2. Os mosteiros da Diocese do Porto entre os séculos IX e XII¹⁴²

N.	Mosteiros	Localização	Concelho	Fundação / Primeira referência	Fonte
1	São Martinho de Soalhães	certa	Marco de Canaveses	875	DC 8
2	São Pedro de Lordosa	proposta	Penafiel	882	DC 9
3	São Salvador de Grijó	certa	Vila Nova de Gaia	922	DC 26
4	São Pedro e São Paulo de Arouca	certa	Arouca	925	DC 746
5	São Martinho de Aldoar	proposta	Porto	944	DC 54
6	São Salvador de Bouças	certa	Matosinhos	antes de 944	DC 54
7	São Miguel de Azevedo	proposta	Ovar	antes de 947 (?)	DC 12
8	São Salvador de Lavra	proposta	Matosinhos	antes de 947 (?)	DC 12
9	Santa Eulália de Sanguedo	proposta	Santa Maria da Feira	antes de 947 (?)	DC 12
10	Santa Marinha	proposta	Vila Nova de Gaia	antes de 947 (?)	DC 12
11	Santa Maria de Sá	proposta	Santa Maria da Feira	metade séc. X	Mattoso 2002, p. 42
12	São Julião de São Gião	proposta	Santa Maria da Feira	metade séc. X	Mattoso 2002, p. 47
13	São Salvador de Paço de Sousa	Certa	Penafiel	956 (?)	Mattoso 2002, p. 25
14	São Salvador de Vairão	Certa	Vila do Conde	antes de 974	DC 112
15	São João de Ver	proposta	Santa Maria da Feira	antes de 977	Mattoso 2002, p. 47
16	Santo Tirso	Certa	Santo Tirso	978	Mattoso 2002, p. 44
17	São Pedro de Cete	Certa	Paredes	antes de 985 (ou de 924)	Mattoso 2002, p. 18
18	São Romão de Vermoim	proposta	Maia	final X séc.	Mattoso 2002, p. 52
19	São Salvador de Leça	Certa	Matosinhos	final X séc.	Mattoso 2002, p. 22
20	São Pedro de Pedroso	Certa	Vila Nova de Gaia	1017-1026	Mattoso 2002, p. 31
21	São Pedro de Sermonde	proposta	Vila Nova de Gaia	1017-1026 (?)	Mattoso 2002, p. 48
22	São Martinho de Anta	Indeterminada	Espinho	1018-1026	Mattoso 2002, p. 15
23	São Salvador de Moreira	certa	Maia	antes de 1027	DC 262
24	Santo Estêvão de Vilela	certa	Paredes	antes de 1030	Mattoso 2002, p. 54
25	São Salvador de Fânzeres	indeterminada	Gondomar	antes de 1023	DC 273
26	São Cristóvão de Refojos de Riba de Ave	proposta	Santo Tirso	antes de 1036	Mattoso 2002, p. 40
27	São Pedro de Canedo	certa	Santa Maria da Feira	antes de 1055	Mattoso 2002, p. 17
28	São Cristóvão de Rio Tinto = Santa Maria de Campanhã	certa	Gondomar	antes de 1058	DC 409
29	São João Baptista de Pendorada	certa	Marco de Canaveses	1059 (?)	Mattoso 2002, p. 34; Cf. DC 419
30	Cernadelo	proposta	Lousada	1059	DC 420
31	Mosteiró	proposta	Vila do Conde	1059	Moreira 1985/86, p. 139; Cf. DC 415
32	São Miguel de Bustelo	certa	Penafiel	antes de 1065	Mattoso 2002, p. 16
33	São Tiago de Valpedre ¹⁴³	certa	Penafiel	antes de 1066	DC 451
34	São Pedro de Cesar	proposta	Oliveira de Azeméis	antes de 1068	DC 470, DC 471
35	São Salvador de Vilar de Andorinho	proposta	Vila Nova de Gaia	antes de 1072	DC 504
36	Santa Maria de Pombeiro	certa	Felgueiras	antes de 1072 (metade séc. XI)	Mattoso 1985, pp. 46-47

142 Esta tabela é uma versão atualizada daquelas de Mariani e Renzi 2018. Para uma panorâmica sobre os mosteiros da diocese do Porto veja-se também Moreira 2000: 160-171. Não se contabilizam nesta tabela os pequenos eremitérios, com documentação escassa e que não tiveram o peso institucional das outras fundações.

143 Este mosteiro, de acordo com M. J. Santos, corresponderia ao de São Pedro de Lordosa na documentação do século XI: Santos 2004: 64-65.

37	Santa Maria de Silva Escura	indeterminada	Maia (?)	antes de 1077	DC 542
38	Santa Maria de Vila Boa do Bispo	certa	Marco de Canaveses	antes de 1079 (?)	DC 573
39	Salvador de Vila Cova de Sandim	certa	Vila Nova de Gaia	antes de 1081	DC 599
40	São Martinho de Caramos	certa	Felgueiras	1090	IPA.00024158
41	Santa Maria de Airães	certa	Felgueiras	1090	Amaral 2007, p. 718
42	Salvador de Freixo de Baixo	certa	Amarante	1090	Amaral 2007, p. 731
43	Santa Marinha de Crestuma	proposta	Vila Nova de Gaia	[922 (?)] 1092-1098	[DC 25] Mattoso 2002, p. 19
44	São Pedro de Roriz	certa	Santo Tirso	1096	DC 833
45	Do Salvador de Travanca	certa	Amarante	XI-XII séc. Metade séc. XII	Travanca, p. 274 Almeida 2001, p. 122
46	São Salvador de Várzea	certa	Arouca	1101	CMM 112/DMP III 13
47	Santo Isidoro de Vilar (o Ribatã-mega)	certa	Marco de Canaveses	antes de 1115	DMP III 504
48	Santo André de Vila Boa de Quires	certa	Marco de Canaveses	antes de 1118	Mattoso 2002, p. 53
49	Santa Maria de Águas Santas	certa	Maia	antes de 1120	CCSP 4
50	Santo André de Ancede	certa	Baião	antes de 1120	CCSP 4
51	Santo André de Telões	certa	Amarante	antes de 1120	CCSP 4
52	São Martinho de Cedofeita	certa	Porto	antes de 1120	CCSP 4
53	São Salvador de Entre-os-Rios	proposta	Marco de Canaveses	antes de 1120; [final X séc. (?)]	CCSP 4; [Mattoso 2002, p. 22]
54	São Isidoro de Sanche	certa	Amarante	antes de 1120	CCSP 4
55	São Miguel de Vilarinho	certa	Santo Tirso	antes de 1120	CCSP 4
56	São Martinho de Mancelos	certa	Amarante	antes de 1120	CCSP 4
57	São Salvador de Real	certa	Amarante	antes de 1120	CCSP 4
58	São Salvador de Vila Cova	certa	Felgueiras	antes de 1120	CCSP 4
59	São Tiago de Burgães	certa	Santo Tirso	antes de 1120	CCSP 4
60	São Salvador de Macieira	proposta	Vila do Conde	antes de 1120	CCSP 4
61	Santa Maria de Várzea de Ovelha	certa	Marco de Canaveses	antes de 1120	CCSP 4
62	São Tiago de Fonte Arcada ¹⁴⁴	certa	Penafiel	1128	DR 77
63	Santo Tirso de Meinedo	certa	Lousada	1131	DR 121
64	São Martinho de Cucujães	certa	Oliveira de Azeméis	antes de 1139	DR 174
65	São Salvador de Tuíás	proposta	Marco de Canaveses	antes de 1140	Papsturkunden 69
66	São Pedro de Ferreira	certa	Paços de Ferreira	1182	CCSP 249

ABREVIATURAS DA TABELA 2

Almeida 2001 = ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001), *História da Arte em Portugal – O Românico*, Lisboa, Editorial Presença

Amaral 2007 = AMARAL, Luís Carlos (2007), *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*, Porto, Universidade do Porto (Tese de doutoramento).

CCSP = *Censual do Cabido da Sé do Porto: código membranáceo existente na Biblioteca do Porto* (1924) Porto, Imprensa Portuguesa.

CMM = SILVA, Filomeno Amaro Soares da (Ed.) (2001), *Cartulário de D. Maior Martins: século XIII*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense.

¹⁴⁴ Segundo M. J. Santos, o mosteiro de São Tiago de Fonte Arcada nunca teria existido, sendo o resultado de um erro de interpretação de Miguel de Oliveira: Santos 2004: vol. I, 64-65, nota 140.

- DC** = HERCULANO, Alexandre (Ed.) (1867-1873), *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*, 4 fasc., Lisboa, Academiae Scientiarum Olisiponensis.
- DMP III** = AZEVEDO, Rui Pinto de Azevedo (Ed.) (1940) *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares, Vol. III, A.D. 1101-1115*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- DR** = AZEVEDO, Rui Pinto de Azevedo (Ed.) (1958), *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- IPA.00024158** = Ficha sobre o Mosteiro de São Martinho de Caramos http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=24158 (consultado em 28/02/2020).
- Mattoso 1985** = MATTOSO, José (1985), *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Mattoso 2002** = MATTOSO, José (2002 [1968]), *O monaquismo Ibérico e Cluny*, Lisboa, Círculo de Leitores
- Moreira 1985/86** = MOREIRA, Domingos Azevedo (1985/86), Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais. II parte – Inventariação Onomástica (Fascículo G-O), *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2.a Série, vol. 3/4, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 61-157.
- Papsturkunden** = ERDMANN, Carl (1927), *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen.
- Travanca** = *Mosteiro do Salvador de Travanca. Amarante*, Monografia da Rota do Românico: https://www.rotadoromanico.com/media/documents/Mosteiro_Travanca.pdf (consultado em 28/02/2020).

BIBLIOGRAFIA:

Fontes inéditas:

- ATT (Arquivo da Torre do Tombo), *Cabido da Sé de Coimbra*, cx. 20, Maço 1, doc. 1. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4613487> consultado em 25/02/2020
- ACS (Archivo de la Catedral de Santiago), *Tumbillo de Concordias*, fol. 133v.-134v.

Fontes publicadas e Estudos:

- ALARCÃO, Jorge de (2001), “As paróquias suélicas do território actualmente português”, in VILLAR, Francisco; Fernández Álvarez, María Pilar (Ed.), *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, pp. 29-60
- ALARCÃO, Jorge de (2005), “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8/2, Lisboa, DGPC, pp. 293-311
- ALARCÃO, Jorge de (2012), “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VI”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 15, Lisboa, DGPC, pp. 113-137
- ALARCÃO, Jorge de (2015), “Os limites das dioceses suevas de Bracara e de Portucale”, *Portvgalia*, Nova Série, vol. 36, Porto, DCTP-FLUP, pp. 35-48

- ALARCÃO, Jorge de (2017), *A Lusitânia e a Galécia do séc. II A. C. ao séc. VI D. C.*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra
- ALARCÃO, Jorge de (2019), *Do Douro ao Mondego. De Afonso Magno a Almançor*, Coimbra, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes Ciências do Património
- ALARCÃO, Jorge de (2019), “O nome e os lugares de Portucale”, *Revista de Portugal*, Vol. 16, pp. 8-15
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972), “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras (Universidade do Porto)*, Vol. 3, pp. 113-136
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986), *História da Arte em Portugal. Arte da Alta Idade Média*. Lisboa, Publicações Alfa
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001), *História da Arte em Portugal – O Românico*, Lisboa, Editorial Presença
- ALMEIDA, Fortunato de (1967), *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora
- ÁLVAREZ, Manuel Lucas (Ed.) (1997), *La documentación del Tumbo A de la Catedral de Santiago de Compostela. Estudio y edición*, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”
- AMARAL, Luís Carlos (1999), “Organização eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho: o caso da diocese de Braga (sécs. IX-XII)”, in García de Cortázar, José Angel (Ed.), *Del Cantábrico al Duero. Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII al XIII*, Santander, Universidad de Cantabria, pp. 313-349
- AMARAL, Luís Carlos (2007), *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*, Porto, Universidade do Porto (Tese de doutoramento)
- AMARAL, Luís Carlos (2011), “A vinda de S. Geraldo para Braga e a nova restauração da diocese”, in *IX Centenário de S. Geraldo (1108-2008)*, Braga, Faculdade de Teologia-UCP-Braga, pp. 157-192
- AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge (2012), *A Condessa-Rainha Teresa*, Lisboa, Círculo de Leitores
- ANGUITA JÁEN, José Maria (2000), *Estudios sobre el Liber Sancti Iacobi. La Toponimia Mayor hispana*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia
- ARAÚJO, Ilídio Alves de (2002), “A antiga Diocese de Meinedo”, in *Tempos e Lugares de Memória*, vol. II, Porto, UCP (Porto)-FLUP, pp. 95-119
- AZEVEDO, Carlos Moreira (Ed.) (2001), “Porto, diocese de”, in *Dicionário de História Eclesiástica Portuguesa*, vol. IV (P-V), Lisboa, Círculo de Leitores
- AZEVEDO, Rui Pinto de Azevedo (Ed.) (1958), *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, Lisboa, Academia Portuguesa da História
- AZEVEDO, Rui Pinto de Azevedo (Ed.) (1940) *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares, Vol. III, A.D. 1101-1115*, Lisboa, Academia Portuguesa da História
- BALIÑAS PÉREZ, Carlos (2010), “De “Gallaecia” a Galicia: a redefinición altomedieval dun concepto romano”, in Montes López, María; Varela Zapata, Jesús (Ed.), *De Roma a Santiago caminos de la historia, legado cultural*, Lugo, Editorial Axac, pp. 31-51
- BARROS, Mariana Fonseca (2019), “Reflexões sobre a representação do espaço “português” na Historia Compostellana”, *História. Revista da FLUP*, IV Série, vol. 9/1, Porto, Flup, pp. 127-146
- BASTO, Artur de Magalhães (1962), *História da cidade do Porto*, vol. I, Porto, Portucalense Editora

- BRANCO, Maria João (1999), “St. Martin, the Sueves and Gallaecia”, in FERREIRO, Alberto (Ed.), *The Visigoths: Studies in Culture and Society*, Leiden, Brill, pp. 63-98
- BRANDÃO, Caetano (1803), *Vida e opusculos de S. Martinho Bracarense*, Lisboa, Academia Real das Sciencias
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1971), “O bispado de Meinedo. Contributo da Arqueologia para o seu conhecimento”, em *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, pp. 627-644
- BRUNO, Sampaio (1907), *Portuenses ilustres*, vol. II, Porto, Magalhães & Moniz
- CAL PARDO, Enrique (1999), *Colección diplomática medieval do Arquivo da Catedral de Mondoñedo, transcripción íntegra dos documentos*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega
- CAL PARDO, Enrique (2003), *Episcopologio Mindoniense*, Santiago de Compostela (*Cuadernos de Estudios Gallegos*, Anexo XXVIII)
- CANTARELLA, Glauco Maria (2005), *Il sole e la luna. La rivoluzione di Gregorio VII 1073-1085*, Roma-Bari, Laterza
- CARDOSO, Jorge (1652), *Agiologio Lusitano*, vol. I, Lisboa, Oficina Craesbeekiana
- CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso di (2008), “Circoscrizioni ecclesiastiche nel medioevo alto e centrale: Il territorio tra organizzazione e rappresentazione”, in ROYO, Manuel; HUBERT, Étienne, BÉRENGER, Agnès (Ed.), “*Rome des quartiers*”: *des vici aux rioni. Cadres institutionnels, pratiques sociales, et requalifications entre antiquité et époque moderne. (Actes du colloque international de la Sorbonne, 20-21 mai 2005)*, Paris, De Boccard, pp. 77-88
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1998-1999), “Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X a través de los obispos de Oporto Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI”, *Bracara Augusta*, vol. XLVIII n. 101-102, Braga, pp. 311-401
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (2000), “Cronología de los obispos mindonienses del siglo X”, en Recuerdo Astray, Manuel; Díez Platas, Fátima; Monterroso Montero, Juan (Ed.), *El legado cultural de la Iglesia mindoniense*, A Coruña, Universidade da Coruña, pp. 235-253
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (2003), “Cuarenta obispos de Galicia, entre 561 a 711 (anterior a la invasión musulmana)”, *Estudios Mindonienses*, vol. 20, Mondoñedo, Diocese de Mondoñedo-Ferrol, pp. 733-847
- Censual do Cabido da Sé do Porto: códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto* (1924) Porto, Imprensa Portuguesa
- Collectio Canonum Ecclesiae Hispanae* (1808), Madrid, Biblioteca Nacional
- CONDOÑER, Carmen (Ed.) (2010), *La Hispania visigótica y mozárabe: dos épocas en su literatura*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959), *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, Universidade de Coimbra (Tese de doutoramento), 2 vols.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1965), *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, vol. I, Braga, Junta Distrital de Braga
- COSTA, Avelino de Jesus da et alii (Ed.) (2017), *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Braga, Arquidiocese de Braga
- CRUZ, Mário da (2014), “Campanulate bowls from Gallaecia: evidence for regional glass production in late antiquity”, in KELLER, Daniel; PRICE, Jennifer; JACKSON, Caroline (Ed.), *Neighbours and Successors of Rome: Traditions of Glass Production and use in Europe and Middle-East in the later first Millenium AD*, Oxford-Philadelphia, Oxbow Books, pp. 58-67

- CUNHA, Maria Cristina (2013), “Coimbra and Porto: Episcopacy and National Identity in Diocesan Border Quarrels”, in HERBERS, Klaus; López Alsina, Fernando; ENGEL, Frank (Ed.), *Das begrenzte Papsttum Spielräume päpstlichen Handelns. Legaten – delegierte Richter – Grenzen*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 133-145
- CUNHA, Rodrigo da (1742), *Catálogo e história dos bispos do Porto*, Porto, Officina Prototypa Episcopalis
- CUSCITO, Giuseppe (2012), “La Chiesa aquileiese”, in *Storia di Venezia*, Roma, Treccani, 2012, [http://www.treccani.it/enciclopedia/origini-aquileia-grado-malamocco-la-chiesa-aquileiese_\(Storia-di-Venezia\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/origini-aquileia-grado-malamocco-la-chiesa-aquileiese_(Storia-di-Venezia)/), consultado em 21/02/2020
- DAVID, Pierre (1947), *Études historiques sur la Galice et le Portugal: du VIe au XIIe siècle*, Lisboa, Livraria Portugália
- DE AYALA MARTÍNEZ, Carlos (2016), *El pontificado en la Edad Media*, Madrid, Editorial Síntesis
- DESWARTE, Thomas (2004), “Restaurer les évêchés et falsifier la documentation en Espagne. La suppression du diocèse de Simancas (974) et l’église cathédrale d’Astorga”, *Revue Mabillon*, 15/76, Paris, Société Mabillon, pp. 81-106
- DESWARTE, Thomas (2019), “Tolède III (589) et Tolède IV (633): deux conciles, deux conceptions du pouvoir”, en CUCHET, Guillaume ; Mériaux, Charles (Ed.), *La dramatique conciliaire de l’Antiquité à Vatican II*, Villeneuve d’Ascq, Presses universitaires du Septentrion, pp. 275-294
- DÍAZ, Pablo C. (1998), “El Parochiale Sueuum: organización eclesiástica, poder político y poblamiento en la Gallaecia tardoantigua”, in Mangas Manjarrés, Julio; Alvar, Jaime (Ed.), *Homenaje a José M. Blázquez*, vol. VI, Madrid, Ediciones Clásicas, pp. 35-47
- DÍAZ, Pablo C. (2000), “El reino suevo de Hispania y su sede en Bracara”, *Memorias de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, vol. 25, p. 403-423
- DÍAZ, Pablo C. (2001), “Monasteries in a peripheral area: seventh-century Gallaecia”, in Theuws, Frans; DE JONG, Mayke B.; Van Rhijn, Carine (Ed.), *Topographies of Power in the Early Middle Ages*, Leiden, Brill, pp. 329-359
- DÍAZ, Pablo C. (2004), “Acuñaación monetaria y organización administrativa en la Gallaecia tardoantigua”, *Zephyrus*, vol. 57, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 367-75
- DÍAZ, Pablo C. (2011), *El reino suevo (411-585)*, Madrid, Akal
- DÍAZ y DÍAZ, Cecilio; PARDO Gómez M^a Virtudes (2002), “La diócesis de Lugo hasta 1100”, en García Oro, José (Ed.), *Historia de las diócesis españolas*, vol. 15, Madrid, Biblioteca Autores Cristianos
- ELLI, Alberto (2013-2014), “San Marco ponte tra oriente e occidente”, *Studia Orientalia Christiana Collectanea*, Cairo, vol. 46-47, pp. 85-184
- ERDMANN, Carl (1927), *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen
- EWALD, Paulus; HARTMANN Ludovicus M. (Ed.) (1891), *Gregori I Papae registrum epistolarum*, MGH, *Epistolae*, vol. I, Berlin, Weidmann
- FALQUE REY, Emma (1988), *Historia Compostellana*, Turnhout, Brepols
- FALQUE REY, Emma (Ed.) (1994), *Historia compostelana*, Madrid, Ediciones Akal
- FEIGE, Peter (1991), “La primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España: el ejemplo de Braga”, in Aa. Vv. (Ed.), *La introducción del Cister en España y Portugal*, Burgos, La Olmeda, 1991, pp. 61-132

- FERNANDES, Armando de Almeida (1997), *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense
- FERNÁNDEZ CALO, Martín (2016), “Os Synodi suevo-católicos: implicacións político-administrativas dunha bipartición metropolitana”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. LXIII/129, Santiago de Compostela, Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”, pp. 125-162
- FERNÁNDEZ CORTE, José Carlos (1997-1998), “Lugo en los tiempos oscuros. Las menciones literarias de la ciudad entre los siglos V y X (III)”, *Boletín del Museo provincial de Lugo*, vol. 8/2, Lugo, Diputación Provincial de Lugo, pp. 177-194
- FERREIRA, José Augusto (1923), *Memórias archeológico-históricas da cidade do Porto: fastos Episcopales e políticos; sec. VI-sec. XX*, vol. 1, Porto, Cruz
- FLETCHER, Richard (1999), *The Barbarian Conversion: from Paganism to Christianity*, Berkeley-Los Angeles, University of California Press
- FLOREZ, Enrique (1787), *España Sagrada*, vol. XV, Madrid, Oficina Pedro Marín
- FONTES, Luís O. (2018), “O Sítio arqueológico de Dume (São Martinho)”, in López Quiroga, Jorge (Ed.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primeiro reino medieval de Occidente. Volumen de estudos*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, pp. 403-404
- GONZÁLEZ BALASCH, María Teresa (Ed.) (2004), *Tumbo B de la Catedral de Santiago*, Santiago de Compostela, Seminario de Estudios Gallegos
- GONZÁLEZ SALINERO, Raúl (2017), *Introducción a la Hispania visigoda*, Madrid, UNED
- GOUVEIA, Mário de, *Do Parochiale sueuum ao Prouinciale uisigothicum: ficheiro analítico. I – Dioceses visigóticas*, <https://pt.scribd.com/document/203535940/PDF-Estudo-Dioceses>, consultado em 04/03/2020
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves; PRATA, Raúl Solla (1983), *O Foral de Gaia de 1255*, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Gaia
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves (1995), “Escavações arqueológicas na Igreja de Gaia”, in *IV Reunião de arqueologia cristã hispânica (Lisboa, 1992)*, Barcelona-Lisboa, Institut d’Estudis Catalans-Universitat de Barcelona, pp. 429-442
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves (2018), “O edifício de tradição romana sob a igreja do Bom Jesus de Gaia (Vila Nova de Gaia – Portugal) destruído nos últimos dias do reino dos Suevos”, in López Quiroga, Jorge (Ed.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primeiro reino medieval de Occidente. Volumen de estudos*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, pp. 409-411
- HERCULANO, Alexandre (Ed.) (1867-1873), *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*, 4 fasc., Lisboa, Academiae Scientiarum Olisiponensis
- HINSCHIUS, Paul (1863), *Decretales pseudo-Isidorianae et Capitula Angilramni*, vol. II, Leipzig, Tauchnitz
- JORGE, Ana Maria (2006), “The Lusitanian Episcopate in the 4th Century: Priscilian of Ávila and the Tensions between Bishops”, *e-Journal of Portuguese History*, vol. 4/2, Providence-Porto, University of Porto and Brown University, https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue8/html/ajorge_main.html consultado on-line em 20/02/2020
- LINEHAN, Peter (1993), *History and the Historians of Medieval Spain*, Oxford, Clarendon Press

- LOMAX, Derek W. (1976), “Una crónica inédita de Silos”, in *Homenaje a Pérez de Úrbel*, vol. I, Silos, Abadía de Silos, pp. 323-337
- LOPES, Eduardo Teixeira (2001), *Meinedo: subsídios para uma possível história desta freguesia*, Lousada, Camara Municipal de Lousada
- LÓPEZ ALSINA, Fernando (2013), “El Parochiale Suevum y su presencia en las cartas pontificias del siglo XII”, in HERBERS, Klaus; López Alsina, Fernando; ENGEL, Frank (Ed.), *Das begrenzte Papsttum Spielräume päpstlichen Handelns. Legaten – delegierte Richter – Grenzen*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 105-132
- LÓPEZ ALSINA, Fernando (2015), *La ciudad de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago-Universidade de Santiago de Compostela (2ª ed.)
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2018), “El I y II Concilios de Braga y el «parroquial suevo»” in LÓPEZ QUIROGA, Jorge (Ed.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primeiro reino medieval de Occidente. Volumen de estudos*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, pp. 139-142
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge; LOVELLE, Mónica R. (1997), “Algunas notas sobre el monetário suevo-visigodo y su importancia para el estudio de las civitas y la red viaria en el noroeste”, *Revista de Guimarães*, 107 (Jan-Dez 1997), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, pp. 203-218
- LÓPEZ SANGIL, José Luis; VIDÁN TORREIRA, Manuel (2011), “Tumbo Viejo de Lugo: (transcripción completa)”, *Estudios Mindonienses*, vol. 27, Mondoñedo, Centro de Estudios de la Diócesis de Mondoñedo-Ferrol, pp. 11-373
- SÃO LUIZ, D. Francisco de S. (1872), *Obras completas do cardeal Saraiva patriarcha de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional
- MACCARRONE Michele (1972), *Studi su Innocenzo III*, Padova, Antenore
- MACHADO, António de Sousa (1956), *As origens da cidade do Porto: o problema de Portucale*, Porto, Livraria Tavares Martins
- MARIANI, Andrea (2020), *Le strutture fortificate medievali nel territorio della Diocesi di Porto (Nord del Portogallo) e della Brianza (Nord Italia): uno studio comparativo (IX-XII secolo)*, Porto, Universidade do Porto (Tese de doutoramento)
- MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco (2018), “The Territorialization of the episcopal Power in medieval Portugal: a study on the bullae of Popes Paschalis II and Calixtus II and the conflicts between Oporto, Braga and Coimbra (12th century)”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. 27, Lisboa, UCP-CEHR, pp. 161-187
- MARQUES, José (2002), “As dioceses portuguesas até 1150”, *Biblos*, vol. LXXVII, Coimbra, FLUC, pp. 7-60
- MARQUES, José (2011), “Braga e Coimbra no tempo do reino de Leão”, in ALBERTO, Paulo Farhouse Alberto; FURTADO, Rodrigo, *Cuando Portugal era reino de León: estudios sobre cultura e identidad antes de Alfonso Enríquez*, León, Universidad de León, pp. 53-84
- MARQUES, José (2009-2010), “O Liber Fidei da catedral de Braga e o norte de Portugal”, *Bracara Augusta*, vol. 57, Braga, Camara Municipal de Braga, pp. 453-500
- MATEU y LLOPIS, Felipe (1989), “Sedes portuguesas en la “Cronica” de Ambrosio de Morales en XIV Centenario del III Concilio Toledano”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 35, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 361-365
- MATTOSO, José (1985), *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães Editores

- MATTOSO, José (1995), *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores
- MATTOSO José (2002 [1968]), *O monaquismo Ibérico e Cluny*, Lisboa, Círculo de Leitores
- MAZEL, Florian (Ed.) (2008), *L'espace du diocèse: Genèse d'un territoire dans l'Occident médiéval (Ve-XIIIe siècle)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes
- MENDES-PINTO José Marcelo (2008), “Do castro de S. Domingos a Meinedo: Proto-história e Romanização na bacia superior do rio Sousa”, *Oppidum*, número especial, Lousada, Município de Lousada, pp. 45-63
- MERÊA, Paulo (1967), *De Portucale (Civitas) ao Portugal de d. Henrique*, Porto, Portucalense Editora
- MEZZADRI, Luigi; TAGLIAFERRI, Maurizio; GUERRIERO, Elio (2008), *Le diocesi d'Italia*, Vol. III, Cini-sello Balsamo, San Paolo
- MIGNE, Jacques-Paul (1850), *Patrologia Latina*, vol. VIII, Paris, Vrayet
- MONTENEGRO Julia; DEL CASTILLO, Arcadio (2010), “Tingi in Baetica. An Analysis of the Sources”, *Athenaeum*, vol. 98/II, Padova, pp. 413-427
- MOREIRA, Álvaro Brito (2000), “La ocupación medieval del castro de Padrão. La iglesia y el monasterio del Monte Córdova”, in SINGUL, Francisco (Ed.), *Rudesindus: “San Rosendo, o seu tempo e o seu legado”*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, pp. 160-175
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1971), “Freguesias da Diocese do Porto (Elementos Onomásticos Alti-Medievais)”, *Boletim Municipal da Câmara do Porto*, vol. 34/1-2, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 19-149
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1985/86), “Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais. II parte – Inventariação Onomástica (Fascículo G-O)”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, vol. 3/4, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 61-157
- MORUJÃO, Maria do Rosário (2018), “Lamego no tempo dos Suevo”, in López Quiroga, Jorge (Ed.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primeiro reino medieval de Ocidente. Volumen de estudos*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, pp. 259-261
- NOVAIS, Manuel Pereira de (1917), *Anacrisis historial*, Parte 2, Vols. 3-4, Porto, D. A. da Silva
- NUNES, Manuel; SOUSA, Luís; GONÇALVES, Carlos (2008), *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada*, Lousada, Camara Municipal de Lousada
- OLIVEIRA, António Sousa (1969), “A igreja românica de Santa Maria de Meinedo e a sua raiz na Alta Idade Média”, *Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto*, vol. IV, Tomo II e III, Porto, Associação Cultural Amigos do Porto, pp. 35-51
- PALLARES MÉNDEZ, María; PORTELA SILVA, Ermelindo (1996), “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, em *Actas do II Congreso Histórico de Guimarães*, vol. II, Guimarães, Câmara Municipal, pp. 61-80
- PARENTE, João (2013), *Idade Média no Distrito de Vila Real Documentos desde o ano 569 ao ano 1278*, Lisboa, Âncora Editora
- PASTOR, Ernesto (2019), “El uso de la «presura» en el scriptorium de la sede de Lugo-Braga durante el siglo XI: el ejemplo de Odoario, el obispo «presor» de la octava centuria”, *Studia Historica. Historia Medieval*, vol. 37/1, Salamanca, pp. 79-103
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor (2017), “Entre o condado e o reino. Reflexões em torno do poder aristocrático (séculos XI-XII)”, in AMARAL, Luís Carlos Amaral (Ed.), *Um poder entre*

- poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do cabido Portucalense*, Porto, UCP-FT-CEHR, pp. 305-324
- PORTELA SILVA, Ermelindo (2017), *El báculo y la ballesta. Diego Gelmírez (c. 1065 1140)*, Madrid, Marcial Pons
- POWELL, Brian (2003), “Historiography: Annals and Latin Chronicles up to the Rebus Hispaniae”, in GERLI, Michael (Ed.), *Medieval Iberia: An Encyclopedia*, London & New York, Routledge, pp. 393-395
- Provinciale Visigothum seu nomina Hispanarum Sedium* (1965), in *Itineraria et alia geographica*, vol. CLXXV (Corpus Christianorum series latina), Turnhout, Brepols, pp. 425-427
- RIESS, Frank (2013), *Narbonne and its Territory in Late Antiquity: From the Visigoths to the Arabs*, London & New York, Routledge
- REAL, Manuel Luís; SILVA, António Manuel S. P. (2018), “Portumcalem Castrum Novum na época sueva”, in López Quiroga, Jorge (Ed.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primeiro reino medieval de Occidente. Volumen de estudos*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, pp. 205-208
- RECUERO ASTRAY, Manuel (2000), “Relaciones entre la monarquía y la iglesia de León siglos XI y XII”, in RECUERO ASTRAY, Manuel; DÍEZ PLATAS, Fátima; MONTERROSO MONTERO, Juan (Ed.), *El legado cultural de la Iglesia mindoniense*, A Coruña, Universidade da Coruña, pp. 165-183
- RENZI, Francesco; GOMES, Joana (2020), “La frontiera occidentale dell’*Hispania*. Alla ricerca della Galizia e del Portogallo medievali (secoli VI-XII)”, in CALZONA, Arturo; CANTARELLA, Glauco Maria (Ed.), *Autocoscienza del territorio, Storie e Miti: dal mondo antico all’età moderna*, Verona, Scripta Edizioni, pp. 86-91
- RIPOLL Gisela (2000), “Sedes regiae en la Hispania de la Antigüedad Tardía”, in Ripoll, Gisela; Gurt Esparraguera, Josep María; Chavarría ARNAU, Alexandra (Ed.), *Sedes regiae (ann. 400-800)*, Barcelona, Reial Acadèmia de Bones Lletres, pp. 371-401
- RISCO, Manuel (1796), *España Sagrada*, vol. XL, Madrid, Marín
- RIVAS FERNÁNDEZ, Juan Carlos (2003), *Consideraciones sobre la Antigüedad del episcopado Auriense y la génesis de su diócesis. El rol del Parochiale Suevum y otras cuestiones*, Ourense, Duen de Bux
- RODRIGUES, Ana Paula Leite (2015), “Senhores e Camponeses num espaço de fronteira. Estudo da projecção portuguesa do domínio monástico de Santa Maria de Oia nos séculos XII a XV”, *Medievalista*, vol. XVIII Lisboa, IEM, <https://journals.openedition.org/medievalista/1151> consultado on-line em 20-02-2020
- RODRIGUES, Miguel Areosa (2012-2013), “Igreja de Santa Maria de Meinedo (Lousada): Intervenção arqueológica (1991-1993)”, *Oppidum*, 7/6, Lousada, Camara Municipal de Lousada, pp. 89-104
- SÁNCHEZ CHOUZA, José Manuel (2017), “A Gallaecia sueva”, *Compostellanum*, vol. 62/1-2, Santiago de Compostela, Archidiócesis de Santiago de Compostela, pp. 85-137
- SÁNCHEZ PARDO, José Carlos (2014), “Organización eclesiástica y social en la Galicia tardoantigua. Una perspectiva geográfico-arqueológica del Parroquial Suevo”, *Hispania Sacra*, vol. LXVI/134, Madrid, CSIC, pp. 439-480
- SANTOS, José de Almeida (1993), “Horas de gloria e horas de tragédia ao tempo da restauração de Portugal”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. 34, Lisboa, A. P. H., pp. 191-244

- SANTOS, Maria José (2004), *A terra de Penafiel na Idade Média: estratégias de ocupação do território (875-1308)*, Vol. I, Porto, Universidade do Porto (Tese de Mestrado)
- SCHÄFERDIEK, Knut (1967), *Die Kirche in den Reichen der Westgoten und Suewen bis zur Errichtung der westgotischen katholischen Staatskirche*, Berlin, De Gruyter
- SEQUEIRA, Joana (2010), *História do Porto. Vol 1: Como nasce uma cidade: das origens ao Condado Portucalense*, Matosinhos, Quidnovi
- SILVA, António Manuel S. P. (2010-2011), “As muralhas romanas do Porto: um balanço arqueológico”, *Portvgalia*, Nova Série, vol. 31/32, Porto, DCTP-FLUP, pp. 43-64
- SILVA, António Manuel S. P.; REAL Manuel Luís (2020), “Arqueologia e história da cidade do Porto no período tardo-antigo e alti-medieval”, in João Marques et alii (Ed.), *A Península Ibérica entre os séculos V e X. Continuidade, transição e mudança*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, NO PRELO
- SILVA, Filomeno Amaro Soares da (Ed.) (2001), *Cartulário de D. Maior Martins: século XIII*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense
- SIMONET, Francisco Javier; ZUGASTI, Juan Antonio (1891), *El Concilio III de Toledo*, Madrid, Imprenta de Fortanet
- SOARES, Franquelim Neiva (1998), “Os concílios suevos de Braga (561 e 572)”, in KOLLER, Erwin Koller; LAITENBERGER, Hugo (Ed.), *Schwaben. Das königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585)*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, pp. 63-79
- SOUSA, Armindo de (2000), Tempos Medievais, in RAMOS, Luís Oliveira (Ed.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 119-253
- VALLEJO GIRVÉS, Margarita (2012), *Hispania y Bizancio: Una relación desconocida*, Madrid, Akal
- VÁZQUEZ DE PARGA, Luis (1943), *La división de Wamba*, Madrid, Instituto Jerónimo Zurita
- VIVES GATELL, José (1963), *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, Barcelona, CSIC-Instituto Enrique Florez
- VONES, Ludwig (2019), “Restauration ou bouleversement?”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, vol. 49/2, Madrid, CdV, <http://journals.openedition.org/mcv/11225>, consultado em 05/03/2020
- UBRIC, Purificación (2015), “The Church in the Suevic Kingdom (411-585 AD)”, in D’EMILIO, James (Ed.), *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe*, Leiden, Brill, pp. 210-243
- WICKHAM, Chris (2019), *Europa Medieval*, (TOLDY, Marian; TOLDY, Teresa, trad.; MOURA, Sofia, rev.), Lisboa, Edições 70



Mapa 1. Os mosteiros da Diocese do Porto entre os séculos IX e XII¹⁴⁵

145 Os números dos mosteiros correspondem aos números de identificação inseridos na Tabela 2 deste Apêndice.

